

Relatório Anual de Execução do PPRGCIC de 2022



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
2023

FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas de 2022

EDITOR:

Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria (DGQA)

Rua do Comércio, n.º 8, 3.º Dto.

1100-150 Lisboa

Email: dgqa@cm-lisboa.pt

CONTROLO DE VERSÕES:

Versão	Data	Autor	Detalhes	Deliberação
1.0	17.04.2023	DGQA	Elaboração do Relatório	Aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara de 24.05.2023

ÍNDICE

1. SIGLAS E ABREVIATURAS	3
2. ENQUADRAMENTO.....	4
3. METODOLOGIA SUBJACENTE AO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO.....	6
4. TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DO PPR EM 2022:.....	7
4.1. TAXA DE EXECUÇÃO DO PPR POR UNIDADE ORGÂNICA	11
5. PONTO DE SITUAÇÃO RELATIVO AOS RISCOS E MEDIDAS COM CALENDARIZAÇÃO PARA 2022/2023	16
6. CONCLUSÕES:.....	19
7. RECOMENDAÇÕES	21
8. ANEXO: MONITORIZAÇÃO GLOBAL DAS MEDIDAS PROPOSTAS PARA 2022 E 2022/2023.....	23

1. SIGLAS E ABREVIATURAS

CGIUL	Centro de Gestão e Inteligência Urbana de Lisboa
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CPC	Conselho de Prevenção da Corrupção
DAFD	Departamento da Atividade Física e do Desporto
DDS	Departamento para os Direitos Sociais
DE	Departamento de Educação
DGQA	Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria
DMAEVCE	Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia
DMC	Direção Municipal de Cultura
DMCom	Departamento de Marca e Comunicação
DMEI	Direção Municipal de Economia e Inovação
DMF	Direção Municipal de Finanças
DMGP	Direção Municipal de Gestão Patrimonial
DMHDL	Direção Municipal de Habitação e Desenvolvimento Local
DMHU	Direção Municipal de Higiene Urbana
DMM	Direção Municipal de Mobilidade
DMMC	Direção Municipal de Manutenção e Conservação
DMRH	Direção Municipal de Recursos Humanos
DMU	Direção Municipal de Urbanismo
DSI	Departamento de Sistemas de Informação
EPPDP	Equipa de Projeto de Proteção de Dados Pessoais
EPPGDL	Equipa de Projeto para o Plano de Drenagem de Lisboa
MENAC	Mecanismo Nacional Anticorrupção
PM	Polícia Municipal
RSB	Regimento de Sapadores Bombeiros
SG	Secretaria Geral
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
TC	Tribunal de Contas
UCT	Unidade de Coordenação Territorial
UO's	Unidades Orgânicas

2. Enquadramento

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, é uma entidade administrativa independente a funcionar junto do Tribunal de Contas (TC) e desenvolve uma atividade de âmbito nacional, na área da prevenção da corrupção e infrações conexas.

Nesse contexto, em 1 de julho de 2009, o CPC aprovou a Recomendação n.º 1/2009, sobre Planos de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, doravante designado por PPR, a qual recomenda a todos os Dirigentes máximos das entidades da Administração Pública Central e Regional, direta e indireta, bem como a todos os Municípios, incluindo o setor empresarial, a construção de PPR com o objetivo de identificar situações potenciadoras de riscos de corrupção e infrações conexas, assim como, adotar medidas preventivas e corretivas com vista à eliminação desses riscos ou minimização da probabilidade da sua ocorrência.

Esta Recomendação determinou ainda a elaboração de um relatório anual de execução do PPR, para efeitos de avaliação do grau de execução das medidas propostas.

Recentemente, a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, de 6 de abril, vem reforçar a promoção da transparência e da integridade na ação pública e, considerar indispensável o fortalecimento e a valorização dos mecanismos de prevenção e deteção de crimes de corrupção e infrações conexas.

Este documento destaca ainda, sete prioridades estratégicas: *“i) melhorar o conhecimento, a formação e as práticas institucionais em matéria de transparência e integridade; ii) prevenir e detetar os riscos de corrupção na ação pública; iii) comprometer o setor privado na prevenção, deteção e repressão da corrupção; iv) reforçar a articulação entre instituições públicas e privadas; v) garantir uma aplicação*

mais eficaz e uniforme dos mecanismos legais em matéria de repressão da corrupção, melhorar o tempo de resposta do sistema judicial e assegurar a adequação e efetividade da punição; vi) produzir e divulgar periodicamente informação fidedigna sobre o fenómeno da corrupção; e vii) cooperar no plano internacional no combate à corrupção”.

Neste contexto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9/12, que veio criar o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e aprovar o Regime Geral de Prevenção da Corrupção, assim como, as respetivas medidas de prevenção da corrupção, vinculando todas as entidades abrangidas a implementarem um programa de cumprimento normativo o qual deve incluir:

- um Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas;
- um Código de conduta;
- um programa de formação e,
- um canal de denúncias (fim de prevenirem, detetarem e sancionarem atos de corrupção e infrações conexas, levados a cabo contra ou através da entidade).

Assim, em conformidade com as referidas recomendações e disposições legais, a Câmara Municipal de Lisboa (CML), apresenta no presente Relatório de Execução a monitorização de 2022 relativa ao cumprimento das medidas identificadas no PPR em vigor¹.

O presente relatório contempla os resultados e as atualizações decorrentes da avaliação realizada em anos anteriores e reflete a evolução e adaptação do PPR à realidade da atividade dos serviços municipais.

Para efeito de deliberação, o presente Relatório é submetido à aprovação do Executivo da CML e, posteriormente, divulgado por todos os trabalhadores

¹ [Prevenção da Corrupção - Transparência \(lisboa.pt\)](https://www.lisboa.pt/prevencao-da-corrupcao-transparencia)

municipais e publicitado na área da Transparência, nas respetivas páginas da Intranet e da Internet da CML.

Adicionalmente, dando cumprimento ao Programa de Cumprimento Normativo previsto no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 09/12, deverá o mesmo ser divulgado junto do MENAC.

3. Metodologia subjacente ao Relatório de Execução

No processo de monitorização participaram o Departamento de Gestão da Qualidade e Auditoria (DGQA), responsável pela elaboração, monitorização e revisão do PPR em estreita colaboração com os interlocutores designados pelos Dirigentes de todas as Unidades Orgânicas da CML.

Na matriz de risco para 2022 foram considerados os resultados e atualizações decorrentes do relatório de execução de 2021 e foi mantida a metodologia adotada para a avaliação da execução das medidas, com o objetivo de garantir a comparabilidade e a continuidade do método de avaliação.

Foram, assim, auscultados os responsáveis das vinte e três UO's e de duas Equipas de Projeto, conforme disposto no PPR, sobre a implementação das medidas comuns (identificadas por "*Todas as UO's*"), bem como, sobre as medidas apenas da sua responsabilidade, descrevendo-as e classificando-as de acordo com o seguinte estado de execução:

Implementada	Não Implementada	Não Aplicável
<ul style="list-style-type: none">• A medida foi executada e foi identificada a respetiva evidência de implementação.	<ul style="list-style-type: none">• A medida não foi executada e foi identificado o respetivo motivo associado.	<ul style="list-style-type: none">• A medida não foi considerada aplicável no âmbito da atividade e foi identificado o respetivo motivo associado.

Assim, no âmbito da avaliação, a monitorização incidu sobre dois períodos de análise correspondentes com o prazo de implementação proposto para as respetivas medidas, designadamente:

→ As medidas com proposta de implementação até 2022:

Em termos de avaliação, uma vez que este período já se encontra fechado, a mesma foi objeto de uma análise mais rigorosa por concorrer para a taxa de execução de 2022.

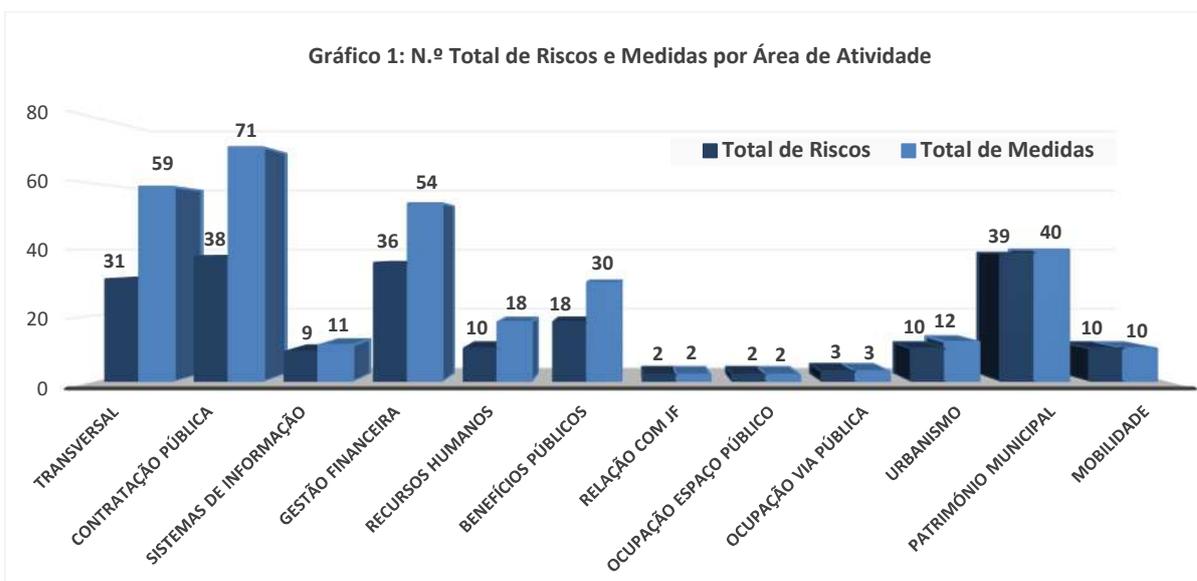
→ As medidas com proposta de implementação para 2022/2023:

Dado que este período ainda se encontra a decorrer, essas medidas não concorrem para a taxa de execução de 2022, todavia, a sua avaliação permite fazer um ponto de situação global e, eventualmente, rever os prazos de execução inicialmente previstos.

Em suma, pretende-se com o presente relatório sintetizar e analisar a avaliação realizada, sendo que, para o efeito, as respostas das UO's foram compiladas e o resultado dessa avaliação encontra-se vertido nos pontos seguintes do presente relatório.

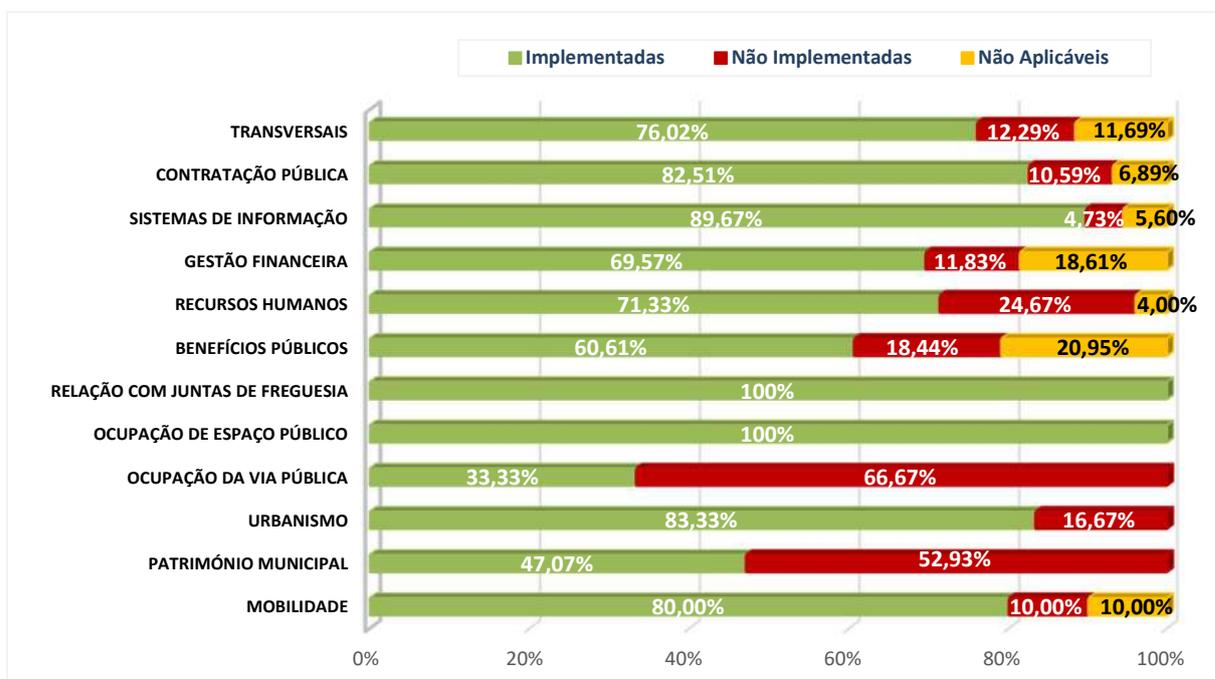
4. Taxa de Execução Global do PPR em 2022:

Para o período objeto de avaliação – medidas com calendarização para 2022 - foram identificados 208 riscos, aos quais estão associadas 312 medidas preventivas, distribuídos pelas respetivas áreas de atividade, conforme se apresenta no gráfico seguinte:



De acordo com a avaliação efetuada, que se apresenta vertida na matriz de avaliação global no Anexo do presente relatório, a fls. 23, os resultados apurados por área de atividade em termos percentuais², são os seguintes:

Gráfico 2: Avaliação Global das Medidas por Área de atividade (25 UO's)



² A fórmula de cálculo corresponde à média das percentagens dos três *status de implementação* (implementadas, não implementadas e não aplicáveis) das UO's que concorrem para as diversas áreas de atividade.

De referir, que o número de medidas por UO não é uniforme e varia consoante a definição dos responsáveis para as respetivas áreas de intervenção, cuja expressão é maior em determinadas UO's em detrimento de outras. Assim, todas as UO's concorrem para as áreas Transversal, Sistemas de Informação, Recursos Humanos, Contratação Pública e Gestão Financeira, com exceção da EPPDP cuja responsabilidade incide apenas nas três primeiras áreas.

Não obstante, existir uma medida aplicável a todas as UO's (*Densificar os critérios de utilização do recurso ao trabalho suplementar de acordo com os casos previstos na legislação aplicável*), a área dos Recursos Humanos depende essencialmente da responsabilidade da DMRH.

Para os Benefícios Públicos concorrem as UO's que atribuem apoios, designadamente o DDS, a DMC, a DMEI, o DE e a DAFD. Nesta área, apesar da não atribuição de apoios, a DMF, o DSI e o DGQA são responsáveis/colaboradores pela implementação de algumas medidas, nomeadamente a verificação da situação tributária e contributiva dos requerentes no âmbito dos requisitos para atribuição dos apoios (DMF), a conceção de uma aplicação informática para a gestão dos benefícios públicos (DSI) e a monitorização dos apoios no âmbito do RAAML (DGQA).

Na área do Património Municipal concorrem a DMGP e a DMHU, sendo que a DMF é também colaborante na implementação de uma medida.

Na Ocupação da Via Pública a UCT, a DMMC e a EPPGDL, no Urbanismo a DMU e PM (esta última é responsável apenas por uma medida).

Nas restantes áreas de atividade existe apenas um único responsável: Relação com Juntas de Freguesia (UCT), Ocupação de Espaço Público (DMEI) e Mobilidade (DMM).

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 2, a fls. 8 destacam-se as Áreas relativas à Relação com as Juntas de Freguesia e à Ocupação de Espaço Público, onde foram implementadas todas as medidas, bem como as áreas dos Sistemas de Informação (89,67%), o Urbanismo (83,33%), a Contratação Pública (82,51%), a

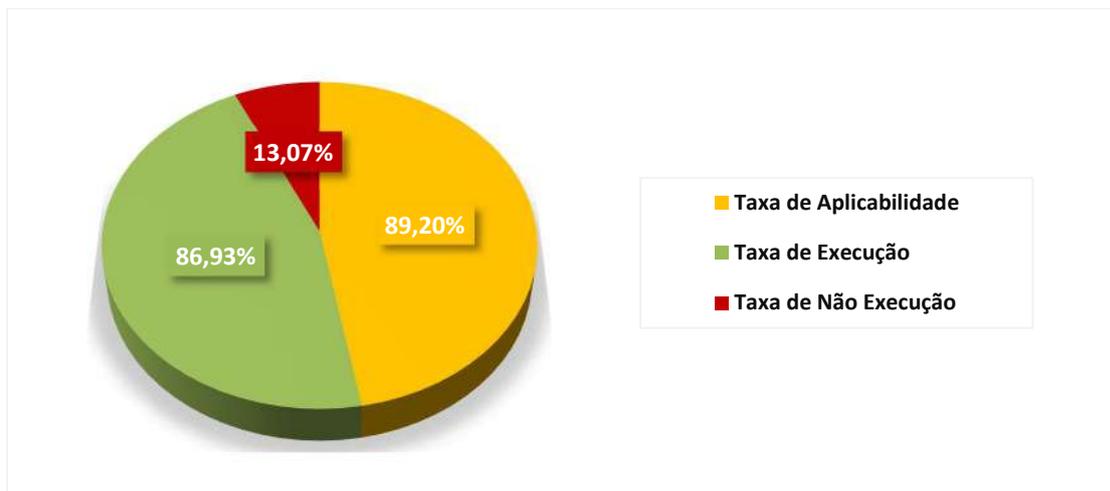
Mobilidade (80%), a Transversal (76,02%) e os Recursos Humanos (71,33%) que atingiram uma taxa de implementação superior a 70%.

No que respeita à percentagem de não implementação, o valor mais baixo incide nos Sistemas de Informação (4,73%) e o mais elevado na área da Ocupação da Via Pública com um valor de 66,67%³.

A área dos Benefícios Públicos obteve a maior percentagem de medidas classificadas como não aplicáveis (20,95%), seguida da Gestão Financeira (18,61%), cujos principais motivos se deveram por não se enquadrar nas respetivas competências.

Considerando os dados ora apresentados, a Taxa de Execução⁴ do PPR para 2022 foi a seguinte:

Gráfico 3: Taxa de Execução do Plano



³ Salienta-se que nesta área foram propostas apenas 3 medidas, as quais foram todas implementadas pela UCT e apenas uma não foi implementada pela DMMC e EPPGDL.

⁴ **Taxa de Execução (86,93%):** Para efeitos de cálculo, só foram tidas em conta as medidas consideradas aplicáveis pelas UO's que responderam (25). Esta taxa incide sobre as medidas consideradas como implementadas e corresponde ao somatório das respetivas taxas individuais de cada UO a dividir pelo universo (25). Esta fórmula de cálculo é análoga para a Taxa de Não Execução (13,07%).

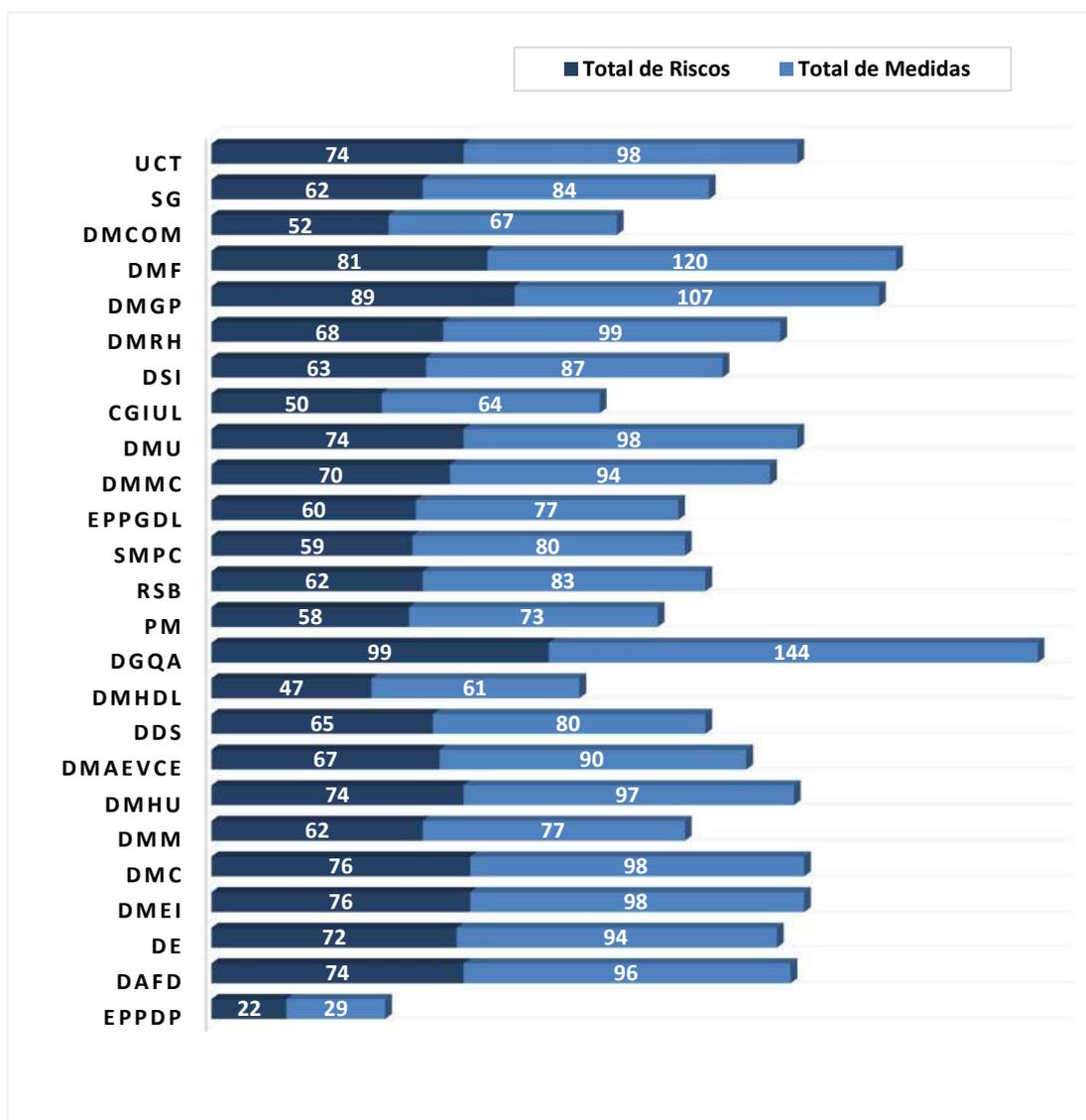
Taxa de Aplicabilidade (89,20%): Incide sobre a percentagem de medidas consideradas como "Aplicáveis" em cada UO relativamente ao total das medidas propostas. A taxa global corresponde ao somatório das respetivas taxas de aplicabilidade de cada UO a dividir pelo universo (25).

4.1. Taxa de Execução do PPR por Unidade Orgânica

Neste ponto estão refletidos os resultados da avaliação efetuada no âmbito dos riscos e medidas que foram atribuídos a cada UO e a cada Equipa de Projeto, bem como os respetivos resultados de execução.

Do total de 208 riscos e 312 medidas preventivas propostas para **2022**, identifica-se de seguida a sua distribuição pelas 25 UO's, cujo número varia consoante a definição dos responsáveis para as respetivas áreas de intervenção.

Gráfico 4: N.º Total de Riscos e Medidas por UO



De acordo com o número de riscos e de medidas propostos para as 25 UO's, os resultados obtidos para as respetivas **Taxas de Execução** de cada uma das UO's são os seguintes:



Em termos globais, conclui-se que a grande maioria das UO's apresenta uma **taxa de execução** bastante positiva, superior a 80%, destacando-se o RSB e o DDS que implementaram todas as suas medidas.

Do conjunto das medidas relativas às áreas de atividade para as quais concorrem a maioria das UO's (Transversal, Contratação Pública, Sistemas de Informação e Gestão Financeira), destacam-se as mais implementadas:

Tabela 1: Medidas do PPR mais implementadas (2022)

	Riscos Identificados	Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	UO's com Medidas Mais Implementadas
T30	Violação de dados pessoais em que seja suscetível resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares	Minimizar as cópias e impressões em papel, bem como as cópias digitais de documentos contendo dados pessoais, com vista a um maior controlo da localização dos dados e diminuição da probabilidade de acessos indevidos/fuga de informação	EPPDP Todas as UO's que tratam dados pessoais	Todas as UO's (com exceção da DMF e EPPGDL)
T37	Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza	Estabelecimento de orientações internas/guias/manuais relativamente às matérias em que se justifique e se entenda pertinente e admissível a uniformização de apreciação e decisão	Todas as UO's	Todas as UO's, (com exceção da DMMC, PM e DMC)
CP9	Não verificação do cumprimento das normas fixadas no Orçamento de Estado em vigor referente a procedimentos de aquisição de serviços	Observância do Regulamento do Orçamento em vigor	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	Todas as UO's
CP16	A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	Adotar as minutas relativamente aos procedimentos de contratação pública conforme Despacho n.º 51/P/2021	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	Todas as UO's
CP19	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	Alargar o âmbito da declaração de conflito de interesses a todos os intervenientes na fase de formação e de execução do contrato	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	Todas as UO's (com exceção da DMHU)
CP26	Não publicitação ou publicitação tardia dos contratos no Portal dos Contratos Públicos (base.gov), incluindo os realizados ao abrigo do regime excecional e temporário de contratação de resposta à epidemia Covid 19 (reduzidos a escrito ou não)	Criação/manutenção de sistema de controlo interno que garanta verificação da publicação do contrato no Portal dos Contratos Públicos (base.gov) e arquivo do correspondente comprovativo no processo	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	Todas as UO's
SI4	Não reporte ao DSI de Perdas/furto/abate de equipamentos informáticos devido a uma deficiente gestão do inventário	Comunicação atempada ao DSI de eventuais perdas, furtos ou propostas de abate	Todas as UO's	Todas as UO's
GF18	Realização e pagamento de despesa sem suporte contratual ou antes de ter sido devidamente autorizada, bem como após decisão de recusa de visto pelo Tribunal de Contas.	Acautelar as devidas autorizações para a despesa, previamente ao início da execução do contrato	Todas as UO's com iniciativa de despesa	Todas as UO's
GF22	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva rubrica orçamental e/ou sem os demais requisitos de regularidade e legalidade financeira	Não autorização de despesa sem verificação pelo responsável do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis	Todas as UO's com iniciativa de despesa DMF/DC	Todas as UO's

Em termos de medidas não executadas, verifica-se que a maioria das UO's atinge uma taxa inferior a 20%, sendo que apenas três UO's apresentam taxas superiores a este valor.

Atendendo ao valor global da **Taxa de Não Execução** (13,07%) apresentado no gráfico n.º 3, a fls. 10, os principais motivos que justificaram a não execução dessas medidas por parte de vinte e uma UO's⁵ e duas Equipas de Projeto foram os seguintes:



Os principais motivos de não implementação prenderam-se por falta de recursos humanos, por depender da colaboração de outra UO e por falta de recursos técnicos, o que perfaz uma percentagem total de 69%.

Foram ainda considerados outros motivos de não implementação (27%), sendo que, desta percentagem cerca de 40% das medidas já se encontram em fase de implementação.

Do conjunto das medidas relativas às áreas de atividade para as quais concorrem a maioria das UO's (Transversal, Contratação Pública, Sistemas de Informação e Gestão Financeira), destacam-se as menos implementadas:

⁵ Do total das 23 UO's, o **RSB** e o **DDS** não tiveram medidas não implementadas.

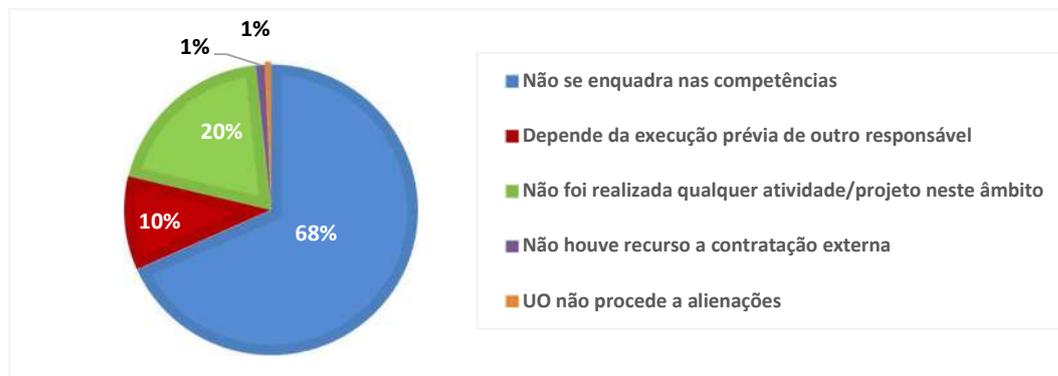
Tabela 2: Medidas do PPR menos implementadas (2022)

	Riscos Identificados	Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	UO's com Medidas Menos Implementadas
T32	Violação do Princípio da Responsabilidade - Indefinição de responsabilidade pessoal em cada uma das fases do processo	Criar Matriz de Responsabilidades das respetivas unidades orgânicas e funcionais (incluindo anexo com a descrição das atividades e dos colaboradores responsáveis) a disponibilizar na intranet organizacional	Todas as UO's DGQA	SG, DMRH, DMMC, EPPGDL, DMAEVCE, DMM e DMEI
CP10	Incumprimento dos Princípios da Contratação Pública (concorrência, transparência, respeito pelas regras no acesso, igualdade...)	Nos ajustes diretos e consultas prévias a tramitação do procedimento deverá ser realizada preferencialmente através da plataforma eletrónica de contratação pública	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	UCT, SG, DMGP, DMRH, DSI, CGIUL, DMU, EPPGDL, DMHDL, DMHU, DMM, DMEI E DE
GF19	Não é garantida a segregação de funções - são atribuídas à mesma pessoa duas ou mais funções	Garantir a rotatividade dos recursos humanos com vista à operacionalização efetiva de segregação de funções	Todas as UO's com iniciativa de despesa	DMF, DMMC, EPPGDL, PM, DMHU e DMC

Em relação à **Taxa de Aplicabilidade**, registou-se um ligeiro aumento face ano anterior, tendo a grande maioria das UO's atingido uma taxa superior a 80%, não havendo nenhuma UO com um valor inferior a 73%. De realçar que a DMF e o DSI obtiveram uma taxa de aplicabilidade de 100%.

Os motivos que levaram as 23 UO's⁶ a considerarem a não aplicabilidade de algumas medidas, **cuja percentagem é apenas de 10,80%**⁷, foram os seguintes:

Gráfico 7: Motivos de Não Aplicabilidade



⁶ Do total das 25 UO's, o DSI e a DMF não tiveram medidas não aplicáveis.

⁷ **Taxa de Não Aplicabilidade (10,80%):** Corresponde à percentagem de medidas consideradas como "Não Aplicáveis" em cada UO relativamente ao total das medidas propostas. Esta taxa (10,80%) corresponde à diferença entre 100% e a taxa de aplicabilidade (89,20%).

De acordo com os dados apresentados, os principais motivos subjacentes à não aplicabilidade de algumas medidas deveram-se essencialmente por não se enquadrarem nas respetivas competências, por não ter sido realizada qualquer atividade/projeto no âmbito da atividade e por dependerem da execução prévia de outro responsável.

Conforme os dados descritos no gráfico n.º 2, a fls. 8, a maior percentagem de medidas não aplicáveis incide nas áreas dos Benefícios Públicos, Gestão Financeira e Transversal.

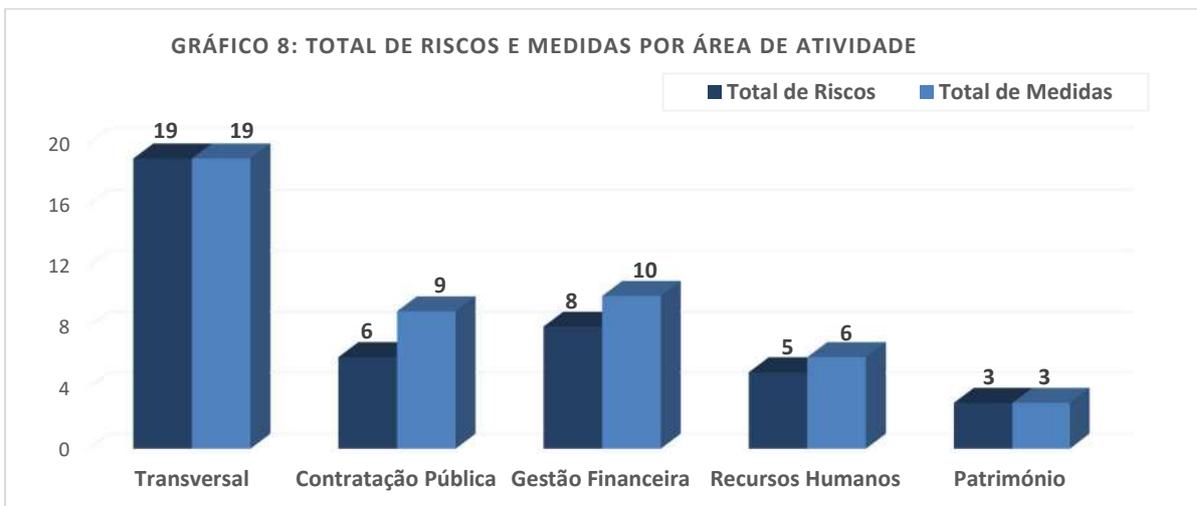
Salienta-se que, em primeiro lugar, a percentagem total de medidas não aplicáveis é pouco expressiva (10,80%) e, em segundo lugar, os respetivos motivos podem variar anualmente, em virtude das UO's poderem estar sujeitas a alterações funcionais nas diversas áreas de atividade.

5. Ponto de situação relativo aos Riscos e Medidas com calendarização para 2022/2023

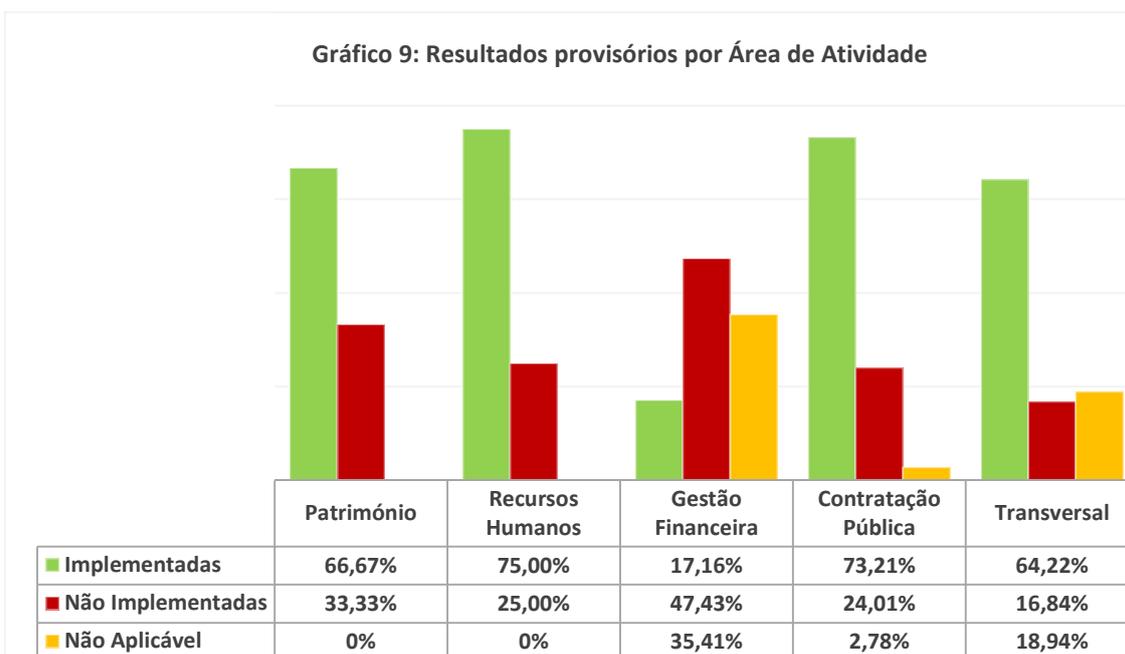
Neste ponto, apresenta-se o ponto de situação referente à avaliação das medidas com prazo de implementação para 2022/2023. Uma vez que este prazo ainda se encontrar a decorrer, a avaliação deste período não concorre para a taxa de execução do Plano em 2022.

Com efeito, para o período em análise foram identificados um total de 41 riscos e 47 medidas, repartidos pelas respetivas áreas de atividade⁸ conforme se descrevem no gráfico seguinte:

⁸ As áreas de atividade relativas aos Sistemas de Informação, Benefícios Públicos, Relação com Juntas de Freguesia, Ocupação de Espaço Público, Ocupação da Via Pública, Urbanismo, e Mobilidade não foram consideradas para a presente avaliação por não disporem de medidas calendarizadas para o período em análise.



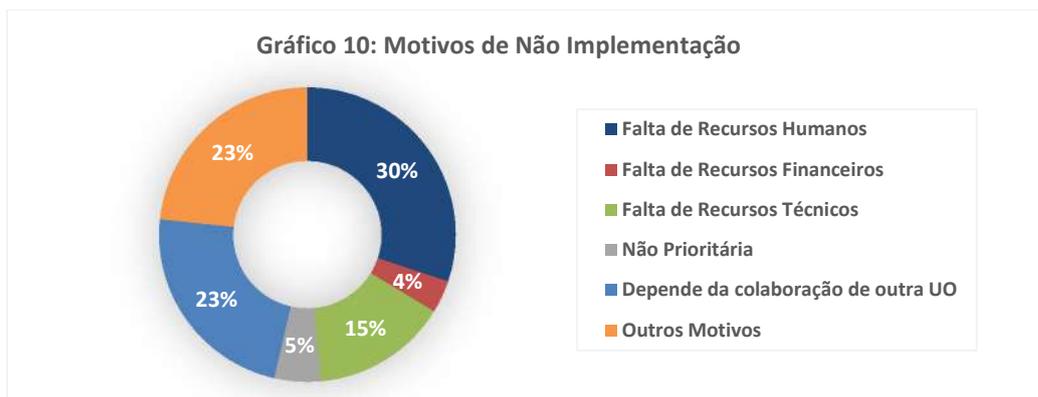
Os resultados provisórios, em termos percentuais, são os que se identificam no gráfico seguinte:



Globalmente, verifica-se que no decorrer do período de 2022/2023, foram já implementadas mais de 64% das medidas propostas para a maioria das áreas de atividade. De realçar as áreas dos Recursos Humanos e Contratação Pública que apresentam um valor superior a 73%, bem como as áreas do Património e Transversal com um valor acima dos 64%.

Relativamente às medidas ainda não implementadas, destaca-se a área da Gestão Financeira que apresenta um valor acima de 47%.

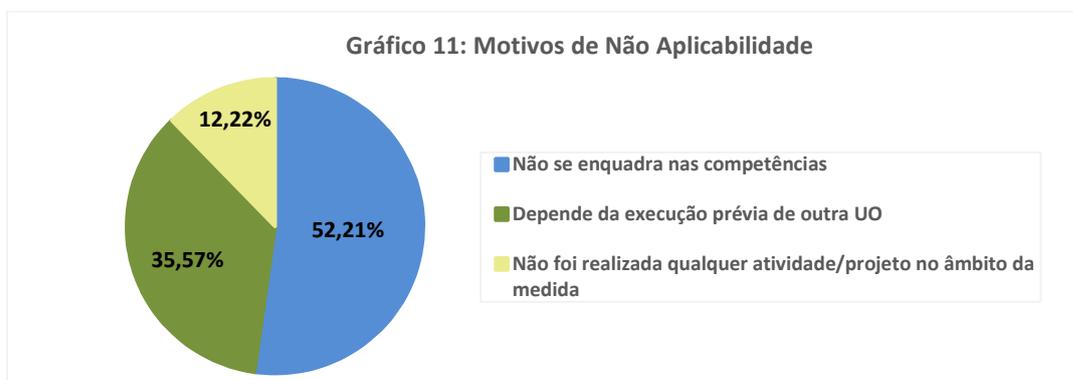
Os principais motivos de fundamentação apresentados pelas UO's⁹ foram os seguintes:



Com base nas respostas recebidas, 30% das medidas não implementadas foram justificadas por falta de recursos humanos, 23% por outros motivos e por depender da colaboração de outra UO e 15% por falta de recursos técnicos. Não obstante, cerca de 63% destas medidas já se encontram em fase de implementação.

Por último, conclui-se que as medidas classificadas como não aplicáveis atingiram um valor de 18,38%, sendo a sua maior expressão na área da Gestão Financeira (35,41%).

Os principais motivos que justificaram a não aplicabilidade são os que se descrevem no gráfico seguinte:

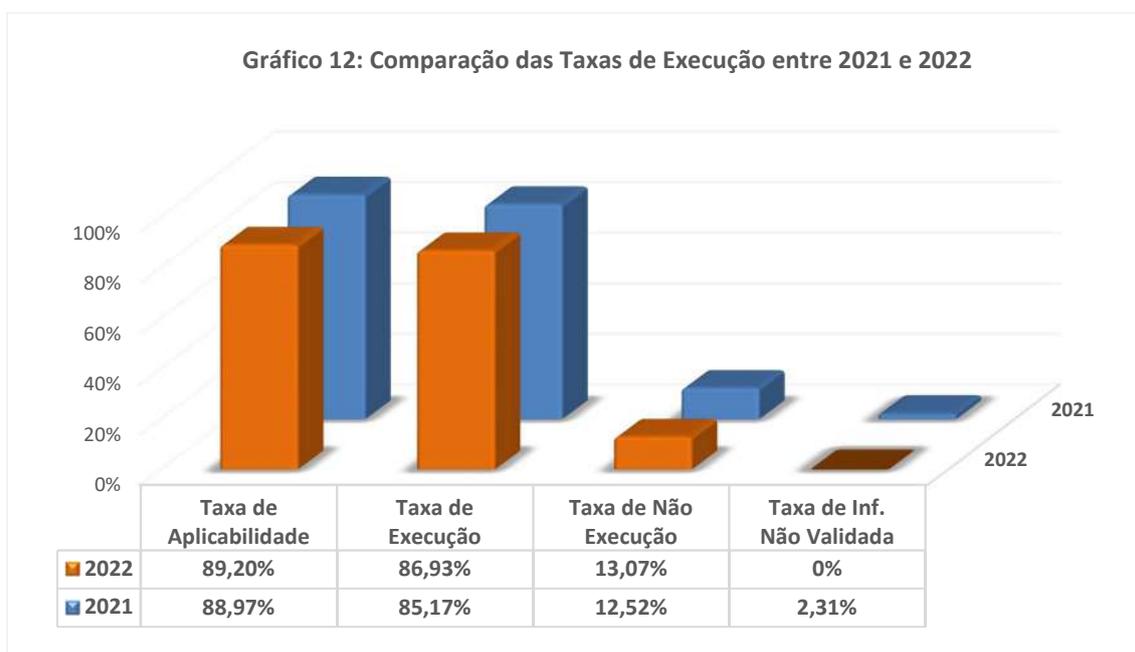


⁹ A DCom, o DDS e a EPPDP não identificaram medidas não implementadas.

6. Conclusões:

Considerando os resultados apresentados, conforme referido no gráfico 3, a fls. 10, a **Taxa de Execução do Plano** em 2022 foi de **86,93%**.

A comparação com os resultados da monitorização do ano anterior, permite-nos retirar as seguintes conclusões com base nos dados que se identificam de seguida:



A comparação entre os dois períodos permite concluir que, não obstante a taxa de não execução ter subido ligeiramente face a 2021, verifica-se que, em 2022 as taxas de aplicabilidade e de execução registaram uma subida em comparação com o ano anterior.

Verifica-se ainda que, em 2022, todas as UO's responderam ao solicitado, pelo que a taxa de informação não validada registou um valor nulo.

Em termos globais, a monitorização relativamente a, 2022 permitiu concluir que as medidas preventivas previstas no PPR foram adequadas e contribuíram para mitigar ou evitar os riscos identificados de forma eficaz.

Contudo, é necessário rever ou assegurar a continuidade das medidas que se encontram em fase de implementação, bem como proceder a um controlo por parte das UO's, relativamente às medidas para as quais ainda não foi possível proceder à sua implementação ou dar resposta à mesma. Não obstante o referido anteriormente, as respostas das UO's refletem desafios vários, nomeadamente de natureza técnica e financeira, falta de recursos humanos e ainda por dependerem da colaboração de outra UO, o que condiciona a execução de algumas das medidas preventivas previstas.

De referir que têm sido implementadas estratégias e instrumentos de gestão de riscos e de conflitos de interesse comuns e aplicáveis nas várias áreas de atividade, das quais se destacam a Norma de Controlo Interno, a aplicação aCCP, os Manuais de Procedimentos e outros suportes para os procedimentos de contratação pública.

No âmbito da prevenção da corrupção, a CML implementou um Canal de Denúncias¹⁰, tendo aprovado em 14 de setembro de 2022 um Regulamento de Funcionamento interno do Canal de Denúncias e, em 16 de setembro, o Código de Ética e Conduta do Município de Lisboa¹¹.

A par do Plano de Prevenção, a implementação do Canal de Denúncias e do Código de Ética e Conduta vem reforçar os mecanismos de controlo e de prevenção dos riscos de gestão e de corrupção e mitigar a probabilidade e o impacto dos riscos identificados no PPR.

¹⁰ <https://transparencia.lisboa.pt/prevencao-da-corrupcao/canal-de-denuncias>

¹¹ <https://transparencia.lisboa.pt/prevencao-da-corrupcao>

7. Recomendações

Atendendo à recente alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais, publicada em DR, 2ª série, n.º 68, de 5 de abril de 2023, bem como os novos requisitos legais decorrentes do Programa de Cumprimento Normativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, recomenda-se:

1. A Revisão do Plano de Prevenção de Riscos, de modo a atualizar a matriz de riscos e medidas em conformidade com a nova estrutura orgânica e com o Programa de Cumprimento Normativo, que prioriza os riscos de prevenção da corrupção.

A Revisão do PPR deve ser um processo participativo com todos os serviços municipais e ter em atenção os seguintes requisitos:

- A designação do responsável geral pela elaboração, execução, controlo e revisão do PPR;
- A identificação das UO's que gerem diretamente cada uma das atividades sujeitas ao processo de gestão de risco (Dono do Risco);
- O Dono do Risco deve identificar os seus riscos, as ações e as responsabilidades para os mitigar, eliminar ou transferir, bem como o prazo de implementação, acompanhamento, avaliação e reporte;
- A identificação, análise e classificação dos riscos nas diversas áreas de atividade com risco de prática de atos de corrupção e infrações conexas;
- A probabilidade de ocorrência e o impacto previsível de cada situação, de forma a permitir a graduação do nível do risco;
- Medidas preventivas e corretivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações identificados;

- Nas situações de risco elevado ou máximo, as medidas de prevenção devem ser mais exaustivas, sendo prioritária a respetiva execução;
 - Assegurar a monitorização e a elaboração dos respetivos relatórios de avaliação;
 - Garantir que o PPR e a sua avaliação sejam amplamente comunicados e publicitados nas respetivas páginas da Internet e Intranet da CML.
2. A elaboração e divulgação de um Manual de Gestão do Risco com o objetivo de estabelecer um modelo orientador no processo associado à identificação, gestão, controlo e monitorização de riscos inerentes à atividade municipal, bem como clarificar os principais conceitos relativos ao risco e à respetiva gestão.

8. Anexo: Monitorização global das medidas propostas para 2022 e 2022/2023

Área de Atividade	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																											Balanço (Nº de UO's por Medida)						
		PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA						
TRANSVERSAL	T10	Falta de isenção, imparcialidade e favorecimento na aceitação de ofertas, bens e viagens	1	3	2	Desenvolvimento de ações de formação e workshops em matéria de boas práticas administrativas, ética profissional e de prevenção da corrupção	DMRH/DFD	2022																										1	0	0					
TRANSVERSAL	T10	Falta de isenção, imparcialidade e favorecimento na aceitação de ofertas, bens e viagens	1	3	2	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2022																											1	0	0				
TRANSVERSAL	T11	Incumprimento da lei em matéria de denúncia ao Ministério Público, nos casos da prestação de falsas declarações	1	2	1	Encaminhar atempadamente à DMRH para assegurar a participação ao MP quando se verifique a prestação de falsas declarações	Todas as UO's	2022																												21	2	2			
TRANSVERSAL	T13	Reduzido controlo e acompanhamento na receção, análise e encaminhamento de denúncias por inexistência de um canal aberto e acessível para a sua apresentação	2	2	2	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2022																												1	0	0			
TRANSVERSAL	T13	Reduzido controlo e acompanhamento na receção, análise e encaminhamento de denúncias por inexistência de um canal aberto e acessível para a sua apresentação	2	2	2	Criação de um canal denúncias centralizado	DGQA	2022																												1	0	0			
TRANSVERSAL	T13	Reduzido controlo e acompanhamento na receção, análise e encaminhamento de denúncias por inexistência de um canal aberto e acessível para a sua apresentação	2	2	2	Criação de mecanismos de controlo e acompanhamento de denúncias, queixas e participações	DGQA DMRH	2022																												2	0	0			
TRANSVERSAL	T14	Violação dos princípios de legalidade, justiça, imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa-fé	1	3	2	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2022																												1	0	0			
TRANSVERSAL	T15	Inexistência de um procedimento uniformizado para resolução de litígios e deteção precoce de erros e desvios	2	2	2	Adotar manuais de procedimentos e implementar mecanismos para a resolução de conflitos.	Todas as UO's	2022																													14	4	7		
TRANSVERSAL	T16	Inexistência de regras claras na atuação do município, que assegurem níveis de discricionariedade adequados com base em critérios apoiados na lei para situações idênticas	1	2	1	Manutenção do Controlo existente	Todas as UO's	2022																													16	2	7		
TRANSVERSAL	T16	Inexistência de regras claras na atuação do município, que assegurem níveis de discricionariedade adequados com base em critérios apoiados na lei para situações idênticas	1	2	1	Reduzir a utilização de conceitos vagos e indeterminados e sempre que possível densificar os critérios de atuação	Todas as UO's	2022																													14	3	8		
TRANSVERSAL	T17	Diversidade de regulamentos municipais desatualizados face à realidade da atividade municipal	2	2	2	Assegurar a manutenção, revisão ou revogação dos regulamentos municipais em vigor em cada área de atividade e respetiva formalização	Todas as UO's	2022/2023																														11	5	9	
TRANSVERSAL	T18	Deteção precoce de erros e desvios na aplicação das normas regulamentares	2	2	2	Assegurar a manutenção, revisão ou revogação dos regulamentos municipais em vigor em cada área de atividade e respetiva formalização	Todas as UO's	2022/2023																														11	5	9	
TRANSVERSAL	T19	Dificuldade de acesso a informação atual e sistematizada sobre os regulamentos em vigor	2	2	2	Melhorar a acessibilidade, organização e atualização permanente da informação no site da CML e INTRANET	DMCom Todas as UO's	2022/2023																														18	1	6	
TRANSVERSAL	T20	Inexistência de informação ou divulgação subsequente à publicação e alteração regulamentar	2	2	2	Promover esclarecimentos e divulgação destas matérias, mediante mecanismos de Comunicação Interna	Todas as UO's	2022/2023																														17	1	7	
TRANSVERSAL	T21	Desconhecimento por parte dos funcionários no que respeita ao enquadramento legal na área das suas funções, e sua atualização	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMRH	2022																													1	0	0		
TRANSVERSAL	T22	Fragilidade da comunicação interna	2	2	2	Promover sinergias entre o DMCom e as demais UO da CML	DMCom Todas as UO's	2022																														20	1	4	
TRANSVERSAL	T22	Fragilidade da comunicação interna	2	2	2	Comunicar orientações aos Serviços para uniformização de regras de Comunicação Interna	DMCom	2022																													1	0	0		
TRANSVERSAL	T22	Fragilidade da comunicação interna	2	2	2	Criação de um núcleo de comunicação interna de cada UO	DMCom Todas as UO's	2022/2023																														19	2	4	
TRANSVERSAL	T23	Falta de desmaterialização dos processos administrativos e deficiente controlo e gestão da informação	2	2	2	Uniformização de procedimentos para a recolha e desmaterialização de toda a documentação de suporte	Todas as UO's SG/DAOSM	2022																														18	2	5	
TRANSVERSAL	T23	Falta de desmaterialização dos processos administrativos e deficiente controlo e gestão da informação	2	2	2	Criação de um portal para desmaterialização das sessões de câmara	DSI SG/DAOSM	2022																														0	1	1	
TRANSVERSAL	T23	Falta de desmaterialização dos processos administrativos e deficiente controlo e gestão da informação	2	2	2	Implementação de um sistema de gestão documental comum na CML	DSI Todas as UO's	2023																															6	7	12
TRANSVERSAL	T24	Utilização e divulgação indevidas de informação privilegiada para benefício próprio ou de terceiros	2	3	3	Elaboração de proposta de Código de Ética e Conduta da CML	DGQA	2022																														1	0	0	
TRANSVERSAL	T24	Utilização e divulgação indevidas de informação privilegiada para benefício próprio ou de terceiros	2	3	3	Desenvolvimento de ações de formação e workshops em matéria de boas práticas administrativas, ética profissional e de prevenção da corrupção	DMRH	2022																													1	0	0		
TRANSVERSAL	T25	Conhecimento e divulgação insuficientes da atividade municipal quanto a indicadores estatísticos	2	2	2	Análise e publicitação de dados estatísticos nas diferentes áreas de negócios	Todas as UO's	2022																														18	2	5	

Área de Atividade	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																									Balanço (Nº de UO's por Medida)				
		PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA		
TRANSVERSAL	T25	Conhecimento e divulgação insuficientes da atividade municipal quanto a indicadores estatísticos	2	2	2	Implementação de analítica de dados (catalogo de dados) para agregação, processamento e exploração da informação disponível	CGIUL Todas as UO's	2022/2023		RH RT OM3	NA1	OM4	OM3	OM4								NA2					RH		NA1	NA1	RH			12	8	5	
TRANSVERSAL	T26	Falta de uniformização das soluções, nas unidades orgânicas, relativas ao tratamento de dados pessoais (Ex: Falta de uniformização das situações em que o fundamento de licitude do tratamento é o consentimento, quanto ao prazo de conservação, etc.) Complementa e específica, para a matéria da proteção de dados, o risco "Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza"	1	3	2	Monitorizar o programa de proteção de dados pessoais da CML	EPPDP	2022																									1	0	0		
TRANSVERSAL	T26	Falta de uniformização das soluções, nas unidades orgânicas, relativas ao tratamento de dados pessoais (Ex: Falta de uniformização das situações em que o fundamento de licitude do tratamento é o consentimento, quanto ao prazo de conservação, etc.) Complementa e específica, para a matéria da proteção de dados, o risco "Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza"	1	3	2	Assegurar o preenchimento de todas as atividades que recorrem a dados pessoais através da plataforma MyData Manager	Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022			OM3																						22	3	0		
TRANSVERSAL	T27	Falta de prova de cumprimento do RGPD (Compete ao responsável pelo tratamento provar que cumpre o RGPD, nomeadamente perante a autoridade de controlo, podendo estar em causa responsabilidade contraordenacional)	1	3	2	Elaborar o dossier de conformidade e mantê-lo atualizado	EPPDP DSI/DPPE	2022																									2	0	0		
TRANSVERSAL	T27	Falta de prova de cumprimento do RGPD (Compete ao responsável pelo tratamento provar que cumpre o RGPD, nomeadamente perante a autoridade de controlo, podendo estar em causa responsabilidade contraordenacional)	1	3	2	Realizar e documentar as avaliações de impacto sobre a proteção de dados nas situações em que o tratamento for suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares	Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022			OM3					OM4	NA1	RH				OM4											18	6	1		
TRANSVERSAL	T28	Subversão e utilização indevida por parte de terceiros de dados pessoais e/ou dados sensíveis. Não destruição no prazo estipulado dos dados pessoais e/ou sensíveis recolhidos	2	2	2	Ações de formação junto de todos os trabalhadores da CML	DMRH/DDF	2022																									1	0	0		
TRANSVERSAL	T28	Subversão e utilização indevida por parte de terceiros de dados pessoais e/ou dados sensíveis. Não destruição no prazo estipulado dos dados pessoais e/ou sensíveis recolhidos	2	2	2	Revisão da NCI	DGQA EPPDP	2022																									2	0	0		
TRANSVERSAL	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	2	3	3	Encontrar novas formas eficazes de comunicar com os trabalhadores, com linguagem clara e acessível aos trabalhadores (plano de comunicação)	EPPDP	2022																										1	0	0	
TRANSVERSAL	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	2	3	3	Elaborar e propor normas internas de proteção de dados pessoais, através de tanto por via do código de ética da CML quanto por via de um código específico de proteção de dados	EPPDP	2022																										1	0	0	
TRANSVERSAL	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	2	3	3	Implementar um programa de mudança organizacional que potencie o envolvimento e o comprometimento dos trabalhadores com o novo paradigma da proteção de dados pessoais e com o cumprimento do RGPD e legislação nacional nesta matéria	DMRH/DDF	2022																										1	0	0	
TRANSVERSAL	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	2	3	3	Implementar as recomendações elencadas em fase de diagnóstico para identificação dos pontos de desconformidade com o RGPD, descritas no "Roadmap para a implementação do RGPD" (e apresentadas aos serviços)	Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022			OM3	OM4																						21	4	0	
TRANSVERSAL	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	2	3	3	Rever os regulamentos e as normas internas, bem como os processos e procedimentos correntes, de modo a adaptar as suas áreas ao RGPD, consultando o EPD de modo a manter uniformização na implementação.	Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022			OM3					OM4	RH																	21	4	0	
TRANSVERSAL	T29	Falta de sensibilização para o modo de concretizar a mudança do paradigma trazido pelo RGPD (relação acesso aos documentos administrativos/ proteção de dados pessoais; cuidados a ter; responsabilidades dos intervenientes; procedimentos a rever; consulta ao EPD, etc.)	2	3	3	Promover formação especializada sobre regulamentação geral sobre a segurança física dos dados pessoais que defina clara e transversalmente as políticas, os processos e os procedimentos de segurança, com vista à implementação dos controlos de segurança necessários à proteção de dados pessoais no Município de Lisboa	EPPDP DMRH	2022/2023						NA3																				1	0	1	
TRANSVERSAL	T30	Violação de dados pessoais em que seja suscetível resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares	1	3	2	Efetivar a responsabilização que caiba pelo incumprimento das regras de proteção de dados pessoais (disciplinar, contratual, etc.)	EPPDP Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022			OM3	RH RT				OM4	RH					NA3			OM3										19	5	1
TRANSVERSAL	T30	Violação de dados pessoais em que seja suscetível resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares	1	3	2	Minimizar as cópias e impressões em papel, bem como as cópias digitais de documentos contendo dados pessoais, com vista a um maior controlo da localização dos dados e diminuição da probabilidade de acessos indevidos/fuga de informação	EPPDP Todas as UO's que tratam dados pessoais	2022				RH RT																							23	2	0
TRANSVERSAL	T31	Possibilidade de confusão entre a posição de "Equipa de Implementação" (EPIRGPD) e a posição de Encarregado de Proteção de Dados	1	2	1	Implementar uma tendencial segregação de funções ou redistribuição processual (o técnico que emite parecer na implementação não deve ser o técnico que emite parecer no caso de violações de dados, de queixas de titulares e de pedidos de esclarecimentos da CNPD; pode ter limitações práticas atendendo ao número reduzido dos elementos da Equipa)	EPPDP	2022																										OM4	0	1	0
TRANSVERSAL	T32	Violação do Princípio da Responsabilidade - Indefinição de responsabilidade pessoal em cada uma das fases do processo	2	2	2	Criar Matriz de Responsabilidades das respetivas unidades orgânicas e funcionais (incluindo anexo com a descrição das atividades e dos colaboradores responsáveis) a disponibilizar na intranet organizacional	Todas as UO's DGQA	2022		RH RT	NA3			OM2		NA1		RH RT	RH					OM4			RH	NA2	OM4						15	7	3

Área de Atividade	Riscos Identificados		Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																				Balanço (Nº de UO's por Medida)								
			PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVECE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA	
TRANSVERSAL	T32	Violação do Princípio da Responsabilidade - Indefinição de responsabilidade pessoal em cada uma das fases do processo	2	2	2	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO	Todas as UO's	2022/2023			NA3					RH	NA1		OM4	RH	NA1													NA1	15	5	5
TRANSVERSAL	T32	Violação do Princípio da Responsabilidade - Indefinição de responsabilidade pessoal em cada uma das fases do processo	2	2	2	Promover ações de formação relativamente a Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas e legislação nacional sobre proteção de dados	DMRH/DDF	2022																											1	0	0
TRANSVERSAL	T33	Tomada de decisão não precedida de audiência prévia, notificada nos termos do CPA (ou outra norma aplicável).	1	2	1	Existência nos serviços, de mapeamento / caracterização dos processos mais comuns (com minutos) a disponibilizar na intranet organizacional	Todas as UO's DGQA	2022/2023								RH	NA1																NA1	20	3	2	
TRANSVERSAL	T34	Incumprimento dos prazos no procedimento administrativo e/ou atuação extemporânea	2	3	3	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO, com um controlo por amostragem e por tipo de processo	DGQA Todas as UO's	2022/2023			NA1	RH RT				OM4	RH RT	NA1		OM4					OM4		RH RT OM3				OM4		NA1	13	8	4	
TRANSVERSAL	T34	Incumprimento dos prazos no procedimento administrativo e/ou atuação extemporânea	2	3	3	Continuar a desenvolver ações de formação e workshops em matéria de boas práticas administrativas, ética profissional e de prevenção da corrupção	DMRH/DDF	2022																											1	0	0
TRANSVERSAL	T34	Incumprimento dos prazos no procedimento administrativo e/ou atuação extemporânea	2	3	3	Recrutamento e formação de pessoal	DMU/NP	2022																											1	0	0
TRANSVERSAL	T34	Incumprimento dos prazos no procedimento administrativo e/ou atuação extemporânea	2	3	3	Aceleração da Implementação do Urbanismo Digital, visando minorar substancialmente os tempos de apreciação	DMU/NP	2022																											1	0	0
TRANSVERSAL	T35	Risco de tomada de decisão fora de tempo, ausência de decisão ou decisão não fundamentada.	1	3	2	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO	Todas as UO's	2022/2023			NA1	OM4					NA1		OM4								OM4					NA1	17	4	4		
TRANSVERSAL	T36	Falta de informação de suporte e de apoio para a tomada de decisão	2	3	3	Implementação de Manuais de Procedimentos, fichas técnicas e orientações de gestão	Todas as UO's	2022/2023				OM4				RH	NA1		OM4								OM4								19	5	1
TRANSVERSAL	T37	Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza	2	3	3	Implementação da Gestão por Processos em todas as UO	Todas as UO's	2022/2023			NA1						NA1		OM4													NA1	19	2	4		
TRANSVERSAL	T37	Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza	2	3	3	Estabelecimento de orientações internas/guias/manuais relativamente às matérias em que se justifique e se entenda pertinente e admissível a uniformização de apreciação e decisão	Todas as UO's	2022									NA1		OM4									OM4							21	3	1
TRANSVERSAL	T38	Abuso no recurso à Contratação de Estudos e Pareceres externos	1	2	1	Manutenção do controlo existente	Todas as UO's	2022			NA1							NA4	NA4													NA1	20	0	5		
TRANSVERSAL	T38	Abuso no recurso à Contratação de Estudos e Pareceres externos	1	2	1	Promover o desenvolvimento de ações de formação em CCP	DMRH/DDF	2022																											1	0	0
TRANSVERSAL	T39	Falta de uniformização de regras para melhor deteção de erros e omissões nas várias unidades orgânicas	2	3	3	Revisão da NCI, atualização de Manuais de Procedimentos e outros instrumentos de normalização	DGQA DMF	2022																											2	0	0

Área de Atividade	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																				Balanço (Nº de UO's por Medida)													
		PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA						
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP1	- Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano - Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planejamento, do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa - Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)	2	2	2	No âmbito de cada orgânica e num prazo adequado, devem os serviços identificar quais as necessidades aquisitivas (ex: criação de templates para inserção das necessidades recorrentes / anuais / previsíveis).	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											23	1	0				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP1	- Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano - Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planejamento, do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa - Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)	2	2	2	Após análise da tipologia dos bens/serviços a adquirir, verificar a viabilidade da contratação através de acordos quadro em vigor	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																												22	1	1			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP1	- Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano - Utilização sistemática pelos serviços promotores, sem o devido planejamento, do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia, podendo dar origem a fracionamento de despesa - Recurso a procedimento contratual ao abrigo dos art.ºs 24.º a 27.º (critérios materiais), pese embora fosse possível a consulta a mais de uma entidade de acordo com o fundamento invocado (Consulta Prévia)	2	2	2	Preparar e delinear o objeto, a expressão, o sentido e o alcance do procedimento adequado à formação do contrato através da consulta preliminar de mercado, sempre que se verifique ser necessário	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022/2023																													24	0	0		
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP2	Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	2	2	2	Implementar um sistema de lembrete / controlo de execução das medidas adotadas	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022/2023																													16	8	0		
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP2	Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	2	2	2	Implementar um sistema estruturado de avaliação das necessidades, incluindo instruções / procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022/2023																													17	7	0		
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP2	Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	2	2	2	Assegurar a avaliação de fornecedores por categoria de bens ou serviços, periodicamente atualizados, a fim de permitir um melhor conhecimento do mercado	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																													15	6	3		
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP2	Ausência de avaliação, na fase de planeamento da contratação (due diligence), das circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato (designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução)	2	2	2	Parametrizar as bases ACCP e SAP-FI, de forma a criar automatismos que promovam uma resposta automática, imediata e amigável	DMF DGQA DSI	2022/2023																														0	3	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP3	Falta de planeamento podendo conduzir à adoção de ajuste direto por critérios de urgência ou estado de necessidade	2	2	2	Assegurar o levantamento do estado de conservação do edificado e infraestruturas e o planeamento atempado das intervenções	UCT DMMC EPPGDL	2022																														1	1	1	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP5	Em procedimentos por ajuste direto simplificado a escolha da entidade a convidar recai sobre entidades com dívidas à Autoridade Tributária e Segurança Social	2	1	1	Antecedendo a proposta de adjudicação e sempre que o valor total da contratação exceda 5.000,00, deve ser solicitada à entidade a convidar que comprove ter a situação tributária e contributiva regularizada	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																														22	1	1	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP6	Em procedimentos por consulta prévia a escolha das entidades a convidar recai sobre entidades em cuja estrutura societária constam os mesmos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência	2	3	3	Antecedendo a elaboração da proposta de decisão de contratar, assegurar o cumprimento do Despacho n.º 95/P/2021, de 7 de setembro	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																														23	1	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP7	Em procedimentos por ajuste direto e consulta prévia a definição das autorizações do alvará de empreiteiro de obras públicas detidas pelas entidades a convidar, não correspondam às autorizações necessárias para a execução da obra	2	1	1	As autorizações necessárias à execução da obra deverão ser definidas e validadas por funcionários/chefias distintos(as), antecedendo a abertura do procedimento	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública (EOP)	2022																														4	1	1	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP8	Em procedimentos por ajuste direto e consulta prévia a escolha das entidades a convidar recai sobre empresas sem alvará de empreiteiro de obras públicas com as autorizações necessárias e devidas para a execução da obra	1	3	2	As autorizações nos alvarás de empreiteiro de obras públicas detidas pelos empreiteiros a convidar, necessárias à execução da obra, deverão ser aferidas e confirmadas por funcionários/chefias distintos(as), antecedendo a abertura do procedimento	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública (EOP)	2022																														5	0	1	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP9	Não verificação do cumprimento das normas fixadas no Orçamento de Estado em vigor referente a procedimentos de aquisição de serviços	1	3	2	Observância do Regulamento do Orçamento em vigor	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																															24	0	0

Área de Atividade	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																				Balanço (Nº de UO's por Medida)									
		PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA		
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP10	Incumprimento dos Princípios da Contratação Pública (concorrência, transparência, respeito pelas regras no acesso, igualdade...)	2	3	3	Nos ajustes diretos e consultas prévias a tramitação do procedimento deverá ser realizada preferencialmente através da plataforma eletrónica de contratação pública	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022	RT	RH RT																								10	13	1	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP11	Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	3	1	2	Garantir um planeamento em tempo útil das necessidades e avaliação criteriosa dos procedimentos necessários por forma a reduzir a possibilidade de risco de fracionamento de despesa	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											23	1	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP11	Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	3	1	2	Check List de Verificação de Procedimento de Contratação Pública	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											22	2	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP11	Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	3	1	2	Atualização e divulgação da ficha e do guião na Intranet	DGQA	2022																											1	0	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP11	Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	3	1	2	Fazer um levantamento das necessidades para o ano em causa e eventuais anos futuros	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											23	1	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP11	Utilização sistemática pelos serviços promotores do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto e/ou Consulta Prévia	3	1	2	Revisão da Norma de Controlo Interno	DMF DGQA	2022																											1	1	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP12	Situações de "captura" pelo mesmo leque de fornecedores motivada pela dificuldade em conhecer os montantes adjudicados a cada empresa	1	3	2	Revisão da Norma de Controlo Interno	DMF DGQA	2022																											1	1	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP13	- Adaptação de critérios de adjudicação a determinados contratos prestados por certas empresas - Carácter discricionário dos modelos de avaliação das propostas, com fatores não qualificáveis nem comparáveis ou inadequados à aquisição	1	1	1	Assegurar que todos os fatores que densificam o critério de adjudicação sejam ligados ao objeto do contrato	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022/2023																											23	1	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP14	Possibilidade de concertação entre empresas com o objetivo de eliminar ou limitar a concorrência (conluio)	2	3	3	Divulgação das orientações da Autoridade da Concorrência	DGQA	2022																											1	0	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP14	Possibilidade de concertação entre empresas com o objetivo de eliminar ou limitar a concorrência (conluio)	2	3	3	Aplicação de check lists de deteção de eventuais indícios	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											18	3	3
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP15	Não comunicação a todos os concorrentes das consultas informais realizadas antes da abertura do procedimento	2	3	3	Assegurar o cumprimento do artº 35ºA, nº 4, do CCP	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											23	1	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP16	A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	3	2	3	Adotar as minutas relativamente aos procedimentos de contratação pública conforme Despacho n.º 51/P/2021	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											24	0	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP16	A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	3	2	3	Revisão da NCI	DMF DGQA	2022																											1	1	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP16	A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	3	2	3	Publicitar o Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA, pelas várias unidades orgânicas	DGQA	2022																											1	0	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP16	A desconcentração por vários serviços da instrução de procedimentos de contratação pública gera incorreções, multiplicidade e diversidade de soluções nas peças procedimentais, mesmo para situações idênticas	3	2	3	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	DGQA	2022																											1	0	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP17	Dificuldade de enquadramento da despesa na rubrica económica correspondente	2	2	2	Uniformização de critérios pela DMF com esclarecimentos escritos e divulgados a todas as unidades orgânicas	DMF	2022																											1	0	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP18	Constrangimentos decorrentes da manutenção da intenção/registo na aplicação ACCP após o decurso dos prazos estabelecidos (60 dias para cabimento e 120 dias para adjudicação)	2	2	2	Reavaliação do sistema de alertas, equacionar a possibilidade de automatizar a eliminação dos registos após o decurso dos prazos estabelecidos	DGQA	2022																											1	0	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP19	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência na preparação, tramitação do procedimento e/ou a gestão dos contratos	2	2	2	Alargar o âmbito da declaração de conflito de interesses a todos os intervenientes na fase de formação e de execução do contrato	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											23	1	0

Área de Atividade	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																										Balanco (Nº de UO's por Medida)				
		PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVECE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controle interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	2	2	2	Publicitar as recomendações emitidas pelo DGQA no âmbito das auditorias realizadas	DGQA	2022																											0	1	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP22	Inexistente ou deficiente sistema de controle interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos	2	2	2	Revisão da NCI	DMF DGQA	2022																												0	2	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respectivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	2	2	2	Adotar as minutas relativamente aos procedimentos de contratação pública conforme Despacho n.º 51/P/2021	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											24	0	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respectivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	2	2	2	Publicitar o Guião e Ficha de apoio a Auditorias a Processos de Contratação Pública do DGQA, pelas várias unidades orgânicas	DGQA	2022																											1	0	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respectivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	2	2	2	Normalização de documentos de suporte através da adoção do Manual de Contratação Pública	DGQA	2022																											1	0	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respectivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	2	2	2	Elaboração e divulgação de checklist com implementação de formulário de conformidade, pela DMF /DC	DMF	2022																											1	0	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP23	Incorreções / deficiências na instrução de procedimentos, com consequente devolução do respectivo processo de despesa pela Direção Municipal de Finanças	2	2	2	Revisão da NCI	DMF DGQA	2022																											0	2	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP24	Participação dos mesmos intervenientes da fase de preparação do procedimento	2	2	2	Reforço de colaboradores na área da contratação pública de forma a garantir a segregação de funções, bem como uma maior rotatividade na elaboração dos procedimentos pré-construtivos, sem prejuízo de assegurar a especialização adequada	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022/2023																												12	10	2
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP24	Participação dos mesmos intervenientes da fase de preparação do procedimento	2	2	2	Revisão da Norma de Controlo Interno	DMF DGQA	2022																											0	2	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP25	Inexistência de correspondência entre as cláusulas contratuais e as estabelecidas nas peças dos respetivos concursos	1	3	2	Manter um sistema de controlo interno que garanta a correspondência entre as cláusulas contratuais e o estabelecido nas peças do respectivo concurso	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											24	0	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP26	Não publicitação ou publicitação tardia dos contratos no Portal dos Contratos Públicos (base.gov), incluindo os realizados ao abrigo do regime excecional e temporário de contratação de resposta à epidemia Covid 19 (reduzidos a escrito ou não)	2	2	2	Criação/manutenção de sistema de controlo interno que garanta em tempo útil o anúncio de contratação pública	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											24	0	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP26.1	Não publicitação ou publicitação tardia do anúncio de adjudicação nos casos aplicáveis (JOUÉ) - Artº 78º CCP	2	2	2	Criação/manutenção de sistema de controlo interno que garanta em tempo útil o anúncio de adjudicação nos casos aplicáveis (JOUÉ)	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																											15	0	9	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP27	Equipas de fiscalização compostas sempre pelos mesmos elementos	3	3	3	Assegurar a efetiva rotatividade dos elementos que compõem as equipas	UCT DMMC EPPGDL DMAEVECE	2022																											2	2	0	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP28	Agentes ativos intervenientes na execução do contrato - Tomada de decisões incorretas favoráveis à entidade adjudicatária	3	2	3	Formação contínua e específica em cada área técnica destinada aos agentes ativos intervenientes (Autor do projeto/Gestor do contrato/Diretor de Fiscalização e Fiscal da obra)	UCT DMMC EPPGDL	2022																												2	1	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP28.1	Acentuado desvio financeiro e temporal na execução de EOP - elevado recurso a Contratos Adicionais	3	2	3	Validação do projeto por entidade independente da equipa projetista	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022/2023																												4	0	2
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP28.1	Acentuado desvio financeiro e temporal na execução de EOP - elevado recurso a Contratos Adicionais	3	2	3	Assegurar a aprovação de projetos de obras públicas que definam, com a máxima precisão, as finalidades e características da obra a realizar e as características dos respetivos terrenos de implantação	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																												4	0	2
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP28.1	Acentuado desvio financeiro e temporal na execução de EOP - elevado recurso a Contratos Adicionais	3	2	3	Acompanhar a elaboração dos projetos, mesmo quando realizados por entidades externas	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																												5	0	1
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP28.1	Acentuado desvio financeiro e temporal na execução de EOP - elevado recurso a Contratos Adicionais	3	2	3	Promover a cuidada revisão dos projetos antes da sua colocação a concurso, designadamente atualizando os projetos antigos e compatibilizando os projetos das várias especialidades ou de empreitadas relacionadas entre si	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																												3	1	2
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP29	Em sede de fiscalização não assegurar: - A execução dos trabalhos em conformidade com o contrato - A verificação ou conferência dos autos de medição dos trabalhos mensais - A receção da obra em conformidade com o que foi	2	3	3	Assegurar o controlo de quantidades e espécie de trabalhos com a frequência adequada a cada obra, através da implementação de uma ficha de controlo e sua posterior validação	UCT DMMC EPPGDL	2022																												3	0	0

Área de Atividade	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																								Balanço (Nº de UO's por Medida)							
		PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA				
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP29	Em sede de fiscalização não assegurar: - A execução dos trabalhos em conformidade com o contrato - A verificação ou conferência dos autos de medição dos trabalhos mensais - A receção da obra em conformidade com o que foi contratado			Continuar a nomear equipas de fiscalização e a garantir a rotatividade dos seus elementos	UCT DMMC EPPGDL	2022																											3	0	0			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP30	Receções tácitas por inércia da CML em marcar as vistorias no prazo legal e a deteção de defeitos de obra após o termo do prazo de garantia			Criação de um sistema de controlo interno que garanta a realização atempada das vistorias, a receção da obra e a libertação das garantias	UCT DMMC EPPGDL	2022																											2	1	0			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP32	Incumprimento ou cumprimento defeituoso das obrigações contratuais			Aplicação das sanções contratuais definidas no caderno de encargos	UCT DMMC EPPGDL	2022																											2	1	0			
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP34	Agentes ativos intervenientes na execução do contrato - Tomada de decisões incorretas favoráveis à entidade adjudicatária			Formação contínua e específica em cada área técnica destinada aos agentes ativos intervenientes (Gestor do contrato/Técnicos responsáveis pela receção de bens e/ou serviços/Fiel de armazém)	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022	OM3															NA1												17	6	1		
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP35	Em sede de receção dos bens ou da prestação do serviço, não assegurar: - A conformidade do fornecimento com os requisitos contratuais - A inspeção e avaliação da quantidade e da qualidade do(s) mesmo(s), por mais de um funcionário - O registo da conformidade da entrega dos bens ou da prestação do serviço			Em todas as unidade orgânicas a receção, a verificação e a avaliação dos bens/serviços deve ser acompanhada pelo gestor de contrato e assegurada através da nomeação de pelo menos dois funcionários	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																												19	5	0		
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP36	Controle pouco eficiente dos prazos: - Na entrega dos bens, podendo levar ao incumprimento do artº 129º, alínea a), do CCP - Na garantia dos bens, originando despesas adicionais com as suas reparações			Criação de processo através, eventualmente, de sistema informático, para alerta, monitorização e controlo de prazos	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																													14	9	1	
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP36	Controle pouco eficiente dos prazos: - Na entrega dos bens, podendo levar ao incumprimento do artº 129º, alínea a), do CCP - Na garantia dos bens, originando despesas adicionais com as suas reparações			criar templates ou ficha de procedimento para que cada gestor acompanhe e/ou justifique o não cumprimento dos prazos pré-definidos	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																														17	7	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP37	Deficiente controlo e avaliação da execução contrato; - Inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho dos fornecedores e empreiteiros;			Elaborar relatórios e avaliar "à posteriori" o nível da qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e do desempenho dos fornecedores e empreiteiros	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																														15	5	4
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP37	Deficiente controlo e avaliação da execução contrato; - Inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho dos fornecedores e empreiteiros;			Aplicação de sanções contratuais definidas no caderno de encargos	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																														20	1	3
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP37	Deficiente controlo e avaliação da execução contrato; - Inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho dos fornecedores e empreiteiros;			Criação de uma base de dados que inclua a avaliação de desempenho técnico, temporal e financeiro dos fornecedores e empreiteiros, quer pela experiência, quer pelo controlo de garantia de boa execução do contrato	DMF/DA DMMC DSI	2022/2023																														0	3	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP37	Deficiente controlo e avaliação da execução contrato; - Inexistência de um sistema centralizado que permita a avaliação do desempenho dos fornecedores e empreiteiros;			Criação de um modelo tipo onde conste os critérios de avaliação de desempenho técnico, temporal e financeiro dos fornecedores e empreiteiros, quer pela experiência, quer pelo controlo de garantia de boa execução do contrato	DMF/DA DMMC	2022/2023																														0	2	0
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	CP38	Libertação da garantia bancária ou da retenção sem que o contrato esteja devidamente executado			Continuar a acompanhar minuciosamente todos os prazos, para que os procedimentos fiquem concluídos em tempo útil e os fornecedores tenham os valores retidos, devolvidos também no mais curto espaço de tempo	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																														21	2	1
CONTRATAÇÃO PÚBLICA (COVID-19)	Covid1	Uso abusivo ou não devidamente fundamentado dos regimes excecionais e temporários de contratação pública previstos na lei para resposta à epidemia da doença do COVID-19			Implementar um sistema estruturado e específico de avaliação das necessidades ligadas ao combate à pandemia Covid 19, com um reforço da necessidade de fundamentação acrescida da decisão de contratar na resposta à epidemia SARS-CoV-2	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																														13	1	10
CONTRATAÇÃO PÚBLICA (COVID-19)	Covid2	Falta ou atraso na remessa e insuficiências ou deficiências na instrução dos formulários de comunicação dos contratos promovidos ao TdC, ao abrigo do regime excecional e temporário de contratação pública de resposta à epidemia Covid 19, de valor igual ou superior a 750.000,00, reduzidos a escrito ou não.			Criação/manutenção e monitorização de um sistema de controlo interno, promovido por cada UO, que garanta a verificação do envio dos contratos ao TdC e arquivo do correspondente comprovativo no processo	Todas as UO's que efetuam procedimentos de contratação pública	2022																														10	1	13

Área de Atividade	Riscos Identificados		Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																							Balanço (Nº de UO's por Medida)									
			PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPD	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVECE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA					
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	S11	Acesso a equipamentos e a sistemas de informação da CML para os quais o funcionário não tenha autorização ou uso indevido de credenciais ou partilha de credenciais	1	2	1	Criar credenciais personalizadas, não partilháveis e com restrições de acesso, em função da tipologia de utilizador	DSI	2022																										1	0	0					
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	S11	Acesso a equipamentos e a sistemas de informação da CML para os quais o funcionário não tenha autorização ou uso indevido de credenciais ou partilha de credenciais	1	2	1	Utilizar os recursos disponibilizados pelas credenciais de acordo com as regras de responsabilidade e ética	DSI Todas as UO's	2022																												22	1	2			
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	S12	Utilização não responsável do email	2	2	2	Utilizar o endereço de correio eletrónico institucional para fins profissionais, não o divulgando em sítios de listas de discussão nem em registos em sítios, entre outros.	Todas as UO's	2022																													20	2	3		
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	S13	Equipamentos informáticos obsoletos, pouco seguros e incompatíveis com a evolução dos sistemas de informação	1	2	1	Renovar o parque informático e instalar software atualizado nos equipamentos existentes	DSI	2022																													0	1	0		
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	S14	Não reporte ao DSI de Perdas/furtos/abate de equipamentos informáticos devido a uma deficiente gestão do inventário	1	2	1	Controlar permanentemente o inventário dos sistemas e equipamentos existentes	DSI DGQA	2022																													1	0	0		
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	S14	Não reporte ao DSI de Perdas/furtos/abate de equipamentos informáticos devido a uma deficiente gestão do inventário	1	2	1	Comunicação atempada ao DSI de eventuais perdas, furtos ou propostas de abate	Todas as UO's	2022																														25	0	0	
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	S15	Instalação de software ilegal por parte de funcionários da CML, incluindo cópias não autorizadas	2	2	2	Assegurar o cumprimento da NCI e outras orientações técnicas emanadas pelo DSI	Todas as UO's	2022																														23	1	1	
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	S16	Instalação e utilização de hardware não autorizado	2	2	2	Assegurar o cumprimento da NCI e outras orientações técnicas emanadas pelo DSI	Todas as UO's	2022																														23	1	1	
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	S17	Risco de interrupção de serviço contínuo e consequente perda de informação.	2	2	2	Assegurar procedimentos de salvaguarda (backup) e recuperação/reconstrução (restore) de informação e testes de restore periódicos	DSI	2022																														1	0	0	
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	S18	Vulnerabilidade da segurança dos sistemas em contexto de teletrabalho	2	3	3	Assegurar a instalação da ligação VPN nos equipamentos em contexto de teletrabalho	DSI	2022																														1	0	0	
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	S19	Definição de regras pouco claras sobre a utilização de equipamentos pessoais no contexto laboral	2	3	3	Emitir recomendações permanentemente atualizadas sobre Cibersegurança no teletrabalho	DSI	2022																															0	1	0

Área de Atividade	Riscos Identificados		Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																								Balanco (Nº de UO's por Medida)						
			PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA			
GESTÃO FINANCEIRA	GF1	Submissão a deliberação do órgão executivo de Propostas em desconformidade com os requisitos financeiros (legais e/ou regulamentares).	2	2	2	Não agendamento de propostas desconformes com os requisitos legais ou regulamentares	Todas as UO's com iniciativa de despesa DACM DMF/DOGG	2022											NA1														22	1	1				
GESTÃO FINANCEIRA	GF2	Divulgação externa do IBAN por parte dos serviços emissores de receita sem existência/comunicação à entidade das liquidações.	3	2	3	Revisão da NCI relativamente às transferências bancárias das Unidades Orgânicas e terceiros	DMF/DRF e DT DGQA	2022																										1	1	0			
GESTÃO FINANCEIRA	GF2	Divulgação externa do IBAN por parte dos serviços emissores de receita sem existência/comunicação à entidade das liquidações.	3	2	3	Elaboração de circular DMF/DT - tipos de receita/IBAN's e reforço comunicação dos procedimentos da NCI	DMF/DRF e DT	2022																											0	1	0		
GESTÃO FINANCEIRA	GF3	Existência de valores depositados que ficam por cobrar/reembolsar ou que exigem carga adicional para a tesouraria (identificação da receita) - GESTURBE: processo urbanístico no descritivo de transferência sem correspondente liquidação aberta (e.g. indeferimentos); não há comunicação à DMF/DT	1	2	1	Necessidade de comunicação ao DRF/DT - listagem periódica - e/ou cabal atualização da informação em GESTURBE	DMU	2022																											1	0	0		
GESTÃO FINANCEIRA	GF4	Existência de valores depositados que ficam por cobrar/reembolsar ou que exigem carga adicional para a tesouraria (identificação da receita) - GESTURBE: o processo está disponível para a liquidação/cobrança mas é retirado ao fim de 30 dias, sem correspondente comunicação com a DMF/DT.	3	2	3	Necessidade de comunicação ao DRF/DT - listagem periódica - e/ou cabal atualização da informação em GESTURBE	DMU	2022																											0	1	0		
GESTÃO FINANCEIRA	GF5	Falta de tempestividade na entrega da receita proveniente dos postos de cobrança	2	2	2	Revisão da NCI relativamente à entrega dos valores arrecadados e respetiva periodicidade. Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento	DMF/DRF e DT DGQA	2022																											1	1	0		
GESTÃO FINANCEIRA	GF5	Falta de tempestividade na entrega da receita proveniente dos postos de cobrança	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DT - reforço comunicação dos procedimentos da NCI	DMF/DRF e DT	2022																												0	1	0	
GESTÃO FINANCEIRA	GF5	Falta de tempestividade na entrega da receita proveniente dos postos de cobrança	2	2	2	Auditorias aos postos de cobrança que não cumprem o prazo estipulado para entrega de receita, após a devida comunicação da DMF/DT ou DMF/DRF	DMF/DRF e DT DGQA	2022																												1	1	0	
GESTÃO FINANCEIRA	GF6	Deficiente cruzamento entre os sistemas periféricos dos postos de cobrança manuais e o SAP, originando demora ou falta de liquidação e cobrança da receita - transferências e depósitos não identificados	3	2	3	Revisão da Norma de Controlo Interno	DMF/DRF DGQA	2022																												1	1	0	
GESTÃO FINANCEIRA	GF7	Inexistência de liquidação para montantes depositados em contas bancárias do ML	3	2	3	Revisão da NCI relativamente às transferências bancárias das Unidades Orgânicas e terceiros	DMF/DRF e DT DGQA	2022																												1	1	0	
GESTÃO FINANCEIRA	GF7	Inexistência de liquidação para montantes depositados em contas bancárias do ML	3	2	3	Generalização da emissão de receita com referência Multibanco	UO's que geram receita DMF/DRF e DT DSI	2022	NA1	NA1																										5	3	9	
GESTÃO FINANCEIRA	GF8	Transferências feitas sem identificação da liquidação/fatura gerando dificuldade em identificar a natureza da receita em causa, com carga adicional para a tesouraria e tempo significativo para a identificação, a liquidação e a cobrança.	3	2	3	Revisão da NCI relativamente às transferências bancárias das Unidades Orgânicas e terceiros	DMF/DRF e DT DGQA	2022																													1	1	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF9	Deficiência ao nível da inventariação das isenções concedidas	2	1	2	Implementar uma aplicação informática que permita conhecer e registar todas as isenções concedidas	UO's que geram receita DMF/DRF	2022/2023																													1	1	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF10	Anulação de receita por cobrar sem fundamento legal para o efeito	1	1	1	Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	UO's que geram receita DMF/DRF	2022	NA1	NA1																										9	0	7	
GESTÃO FINANCEIRA	GF10	Anulação de receita por cobrar sem fundamento legal para o efeito	1	1	1	Aplicação informática para desmaterialização do pedido de anulação (e-doc)	UO's que geram receita DMF/DRF	2022/2023																													0	2	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF11	Falta de uniformidade dos procedimentos de apuramento e liquidação de receitas	2	2	2	Revisão da NCI relativamente à Receita; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DGQA	2022																													2	0	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF11	Falta de uniformidade dos procedimentos de apuramento e liquidação de receitas	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DRF - regras de apuramento, liquidação e notificação com vista ao cumprimento estrito das normas legais aplicáveis	DMF/DRF	2022																													0	1	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF11	Falta de uniformidade dos procedimentos de apuramento e liquidação de receitas	2	2	2	Assegurar a conectividade entre aplicações utilizadas pelos vários serviços da CML e o Sistema SAP	DMF/DRF DSI	2022																													1	1	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF12	Possibilidade de perda de receita por incorreta instrução dos processos de notificação aos contribuintes por parte das diferentes UO	2	2	2	Revisão da NCI relativamente à Receita; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DGQA	2022																													1	1	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF12	Possibilidade de perda de receita por incorreta instrução dos processos de notificação aos contribuintes por parte das diferentes UO	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DRF - regras de apuramento, liquidação e notificação com vista ao cumprimento estrito das normas legais aplicáveis	DMF/DRF	2022																													0	1	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF13	Perda de receita - faturas por liquidar/pagar sem envio para cobrança coerciva e com prazo legal de caducidade e prescrição próximo	2	2	2	Implementação de alarmística da receita com rotina periódica de comunicação aos serviços e ação sequente	UO's que geram receita DMF/DRF SG/DJ	2022	NA1	NA1																											4	1	11
GESTÃO FINANCEIRA	GF13	Perda de receita - faturas por liquidar/pagar sem envio para cobrança coerciva e com prazo legal de caducidade e prescrição próximo	2	2	2	Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	UO's que geram receita DMF/DRF	2022	NA1																												7	0	9
GESTÃO FINANCEIRA	GF14	Falta de arrecadação da receita liquidada	2	2	2	Assegurar o controlo efetivo em tempo útil para a arrecadação das receitas municipais	Todas as UO's que geram receita	2022	NA1																												9	0	8
GESTÃO FINANCEIRA	GF15	Desaparecimento de valores à guarda do Posto de Cobrança	1	2	1	Assegurar o envio da documentação para a DMF/DRF no dia útil seguinte à arrecadação da receita	Todas as UO's com postos de cobrança	2022		NA1																											8	1	1

Área de Atividade	Riscos Identificados		Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																							Balanco (Nº de UO's por Medida)																	
			PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	RI	NA													
GESTÃO FINANCEIRA	GF16	Insuficiente controlo relativo às garantias idóneas prestadas ao nível da receita / despesa	2	2	2	Revisão da NCI relativamente a garantias e caução; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DMF/DC DGQA	2022																												2	0	0											
GESTÃO FINANCEIRA	GF16	Insuficiente controlo relativo às garantias idóneas prestadas ao nível da receita / despesa	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DRF e DMF/DC - prazos, comunicações periódicas, libertação)	DMF/DRF DMF/DC	2022																													1	0	0										
GESTÃO FINANCEIRA	GF17	Encargos financeiros para o ML resultante de libertação tardia de garantias por falta de informação dos serviços responsáveis pela contratação	2	2	2	Revisão da NCI relativamente a garantias e caução; Sensibilização para a obrigatoriedade de cumprimento das regras definidas na NCI	DMF/DRF DMF/DC DGQA	2022																													2	0	0										
GESTÃO FINANCEIRA	GF17	Encargos financeiros para o ML resultante de libertação tardia de garantias por falta de informação dos serviços responsáveis pela contratação	2	2	2	Elaboração de circular DMF/DRF e DMF/DC - prazos, comunicações periódicas, libertação)	DMF/DRF DMF/DC	2022																														1	0	0									
GESTÃO FINANCEIRA	GF18	Realização e pagamento de despesa sem suporte contratual ou antes de ter sido devidamente autorizada, bem como após decisão de recusa de visto pelo Tribunal de Contas.	1	3	2	Acautelar as devidas autorizações para a despesa, previamente ao início da execução do contrato	Todas as UO's com iniciativa de despesa	2022																														24	0	0									
GESTÃO FINANCEIRA	GF19	Não é garantida a segregação de funções - são atribuídas à mesma pessoa duas ou mais funções	2	2	2	Garantir a rotatividade dos recursos humanos com vista à operacionalização efetiva de segregação de funções	Todas as UO's com iniciativa de despesa	2022																														15	6	3									
GESTÃO FINANCEIRA	GF21	Atrasos no registo de faturas	2	1	1	Implementação de faturação eletrónica	DMF/DC	2022/2023																															1	0	0								
GESTÃO FINANCEIRA	GF22	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva rubrica orçamental e/ou sem os demais requisitos de regularidade e legalidade financeira	1	3	2	Não autorização de despesa sem verificação pelo responsável do cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis	Todas as UO's com iniciativa de despesa DMF/DC	2022																															24	0	0								
GESTÃO FINANCEIRA	GF22	Assunção de despesas sem prévio cabimento na respetiva rubrica orçamental e/ou sem os demais requisitos de regularidade e legalidade financeira	1	3	2	Ações de sensibilização a todos os trabalhadores envolvidos no processo	Todas as UO's com iniciativa de despesa DMF/DC	2022																															22	2	0								
GESTÃO FINANCEIRA	GF23	Fraca segregação de funções no âmbito da gestão do serviço da dívida (gestão orçamental e registos contabilísticos)	1	2	2	Promoção da rotatividade dos técnicos na realização de procedimentos (processamento de encargos)	DMF/DRF	2022																																0	1	0							
GESTÃO FINANCEIRA	GF24	Risco de ultrapassar o limite legal da dívida (anual) ou os limites fixados para a gestão do ano	2	3	3	Sensibilização de orgânicas chave para a matéria do endividamento	Todas as UO's DSI e DMRH - OT DMF/DRF	2022																																16	1	7							
GESTÃO FINANCEIRA	GF25	Desvio de valores	1	3	2	Devolução de liquidações ao titular do fundo, quando não se verificarem os pressupostos legais exigidos	UO's Titulares de FM DMF/DC	2022																																16	0	5							
GESTÃO FINANCEIRA	GF26	Não cumprimento do princípio de economia, eficiência e eficácia.	2	2	2	Alargar o módulo MM a todas as UO's que dispõem de armazém, de modo a registarem nesta ferramenta a gestão de existências	UO's com armazém DSI	2022/2023																																	1	6	7						
GESTÃO FINANCEIRA	GF27	Falta de controlo de bens inventariáveis e respetiva repercussão contabilística por ausência de critérios objetivos na definição de armazém Vs depósito	2	2	2	Estabelecer de forma clara e inequívoca critérios para criação de armazém e divulgação a todas UO	DMF DGQA	2022																																	1	1	0						
GESTÃO FINANCEIRA	GF28	Risco de todas as criações/extinções de armazém não serem comunicadas à DMF e ao DGQA	2	2	2	Publicação na intranet da listagem dos armazéns existentes e afetos a cada serviço e responsáveis nomeados (Previsto na revisão da NCI)	DGQA	2022																																	1	0	0						
GESTÃO FINANCEIRA	GF29	Dificuldade de controlo dos armazéns dada a elevada dispersão geográfica sem que exista informação centralizada dos mesmos	2	2	2	Realização de auditorias aleatórias anualmente (Previsto na atual NCI)	DGQA	2022																																		0	1	0					
GESTÃO FINANCEIRA	GF30	Ausência de programa informático uniformizado para todos os armazéns	3	2	3	Criação de um Template com vista à uniformização da recolha de informação	DGQA	2022																																			1	0	0				
GESTÃO FINANCEIRA	GF30	Ausência de programa informático uniformizado para todos os armazéns	3	2	3	Alargar o módulo MM a todas as UO's que dispõem de armazém, de modo a registarem nesta ferramenta a gestão de existências	DSI UO's com armazém	2022/2023																																					1	6	7		
GESTÃO FINANCEIRA	GF31	Desconhecimento do real valor das existências do município (alguns armazéns não fazem qualquer registo ou os que fazem não são quantificados e/ou valorizados)	2	2	2	Utilização dos critérios de contabilização em harmonia com o Plano de Contas e com as regras contabilísticas vigentes (custo médio ponderado, custo de reposição corrente ou justo valor)	UO's com armazém	2022																																				8	3	3			
GESTÃO FINANCEIRA	GF32	Deficiências ao nível da inventariação e avaliação dos bens existentes em armazém, podendo provocar uma sub/sobreevaloração de existências por divergências verificadas entre os registos contabilísticos e as contagens físicas	2	2	2	Verificações periódicas para comparar registos contabilísticos com inventário físico, por amostragem, à data da verificação	UO's com armazém DGQA	2022																																					9	3	3		
GESTÃO FINANCEIRA	GF33	Risco de apropriação indevida de bens públicos - entradas e saídas e/ou abates de armazém sem suporte documental e/ou sem justificação	2	2	2	Verificações, sempre que se justifique, por auditores externos, pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	DMF DGQA UO's com armazém DGQA	2022																																					9	2	4		
GESTÃO FINANCEIRA	GF33	Risco de apropriação indevida de bens públicos - entradas e saídas e/ou abates de armazém sem suporte documental e/ou sem justificação	2	2	2	O responsável de armazém deve dar conta das perdas ocorridas no armazém autorizando o seu reflexo no sistema informático, com reporte obrigatório desses movimentos, no prazo de 8 dias úteis, à DMF para verificação dos registos contabilísticos associados (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazém	2022																																							8	4	2

Área de Atividade	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																								Balanco (Nº de UO's por Medida)								
		PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA					
GESTÃO FINANCEIRA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	3	2	3	Definição pelo dirigente direto da orgânica de afetação do armazém de procedimentos que permitam o controlo de existências, nomeadamente, conferência de entradas e saídas, fichas de inventário que garantam o registo permanente no sistema informático	UO's com armazém	2022							OM4	RH RT																				10	4	0		
GESTÃO FINANCEIRA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	3	2	3	Alargar o módulo MM a todas as UO's que dispõem de armazém, de modo a registarem nesta ferramenta a gestão de existências	UO's com armazém DSI	2022/2023	OM3	RH RT OM3					OM4	RH RT OM3			OM3	NA2					NA1	OM3			RH RT	NA2	NA2	NA3				1	8	5		
GESTÃO FINANCEIRA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	3	2	3	Política de gestão de stocks - manter em stock o mínimo necessário e encomendar apenas quando for necessário (compras centralizadas)	UO's com armazém	2022							OM4	RH RT																				12	2	0		
GESTÃO FINANCEIRA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	3	2	3	Rotatividade das equipas que elaboram os inventários	UO's com armazém	2022							RH	OM4	RH											RH OM3		RH RT OM3						9	5	0		
GESTÃO FINANCEIRA	GF34	Falta de rotação de stocks, material obsoleto e deteriorado	3	2	3	Proceder à correta etiquetagem nas prateleiras de armazenamento dos materiais de acordo com os termos / ID's definidos em SAP	UO's com armazém	2022/2023							RH RT	OM4	OM4			OM3	OM4						RT	OM3		RH RT OM3	NA2	RF				4	9	1		
GESTÃO FINANCEIRA	GF35	Falta de monitorização e consequente ausência de informação atualizada sobre obras / intervenções em património municipal por parte de entidades externas (Freguesias, empresas locais, concessões, etc.)	3	3	3	Generalização da aplicação informática SGPI às entidades que têm intervenções em património municipal	UCT UO's responsáveis pela gestão de contratos	2022/2023																											4	0	1			
GESTÃO FINANCEIRA	GF35	Falta de monitorização e consequente ausência de informação atualizada sobre obras / intervenções em património municipal por parte de entidades externas (Freguesias, empresas locais, concessões, etc.)	3	3	3	Utilização de anexos adequados nos contratos /equipas municipais que gerem os contratos, protocolos e afins	UCT UO's responsáveis pela gestão de contratos	2022								OM4																				3	1	1		
GESTÃO FINANCEIRA	GF36	Falta de informação interna (envio à DMF de autos de recepção provisórios para registo contabilístico, anos depois do bem estar em uso pleno), com a conclusão da obra ou intervenção em património municipal, por parte de serviços do município, responsáveis pela mesma.	3	3	3	Desenho de uma aplicação que conjuga SGPI, Divisão de Cadastro e DMF/DC, para acautelar informação atempada dos autos de recepção provisória e conclusão das mesmas	DMF / DC DMGP SGPI UO's envolvidas em obras	2022/2023	NA2								OM4	NA1																			1	1	3	
GESTÃO FINANCEIRA	GF36	Falta de informação interna (envio à DMF de autos de recepção provisórios para registo contabilístico, anos depois do bem estar em uso pleno), com a conclusão da obra ou intervenção em património municipal, por parte de serviços do município, responsáveis pela mesma.	3	3	3	Sensibilização e envolvimento das entidades promotoras da realização de obras ou intervenções em património municipal para utilização da aplicação Gestão de Imobilizado	DMGP UO's envolvidas em obras	2022/2023	NA2								OM4	RH																			1	2	1	
GESTÃO FINANCEIRA	GF37	Falta de monitorização de autos de abate de viaturas com guias de receita de hastas ou sucatas	3	3	3	Obrigatoriedade de comunicação por parte dos serviços que promovem a venda do bem móvel	DMF / DC UO's envolvidas na alienação de bens móveis	2022																			NA7									3	0	3		
GESTÃO FINANCEIRA	GF38	Falta de comunicação dos serviços resultante de desistências de hastas originando faturas emitidas por cobrar	3	3	3	Obrigatoriedade de comunicação por parte dos serviços que promovem a venda do bem móvel	DMF / DC UO's envolvidas na alienação de bens móveis	2022																				NA7									3	0	3	
GESTÃO FINANCEIRA	GF39	Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	2	3	3	A necessidade de compra deve ter por base sempre um pedido do serviço com justificação expressa	UO's com armazém	2022								OM4																					13	1	0	
GESTÃO FINANCEIRA	GF39	Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	2	3	3	A nomeação, alteração ou exoneração do responsável do armazém é comunicada ao DGQA, no prazo de 8 dias úteis (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazém	2022								OM4	RH																				10	4	0	
GESTÃO FINANCEIRA	GF39	Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	2	3	3	Revisão da NCI	DMF DGQA	2022																														2	0	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF39	Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	2	3	3	O responsável do armazém não pode intervir no processo de aquisição dos bens armazenados (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazém	2022								OM4	RH			RH																		9	5	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF39	Não garantia da segregação de funções - responsável de armazém não deve intervir no processo de aquisição dos bens armazenados	2	3	3	A entrega dos bens é efetuada no armazém, obrigatoriamente, distinto do local de realização das compras (Previsto na revisão da NCI)	UO's com armazém	2022								OM4	RH																					11	3	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF41	Dificuldade no registo de cadastro municipal de bens móveis e correspondente alocação pelas respetivas unidades orgânicas a quem são atribuídos	3	3	3	Aplicação do novo sistema SAP, resultante da adaptação de regras do SNC-AP	DMF/DC	2022																														0	1	0
GESTÃO FINANCEIRA	GF46	Envio de informação financeira anual relativa a empresas locais e participadas fora do prazo estipulado, que não permita reporte atempado à DGAL (até 30/05)	2	2	2	Monitorização do Sistema de Acompanhamento e Controlo das Empresas Locais (SIAC)	DMF DGQA	2022																														1	0	1

Área de Atividade	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																										Balanco (Nº de UO's por Medida)			
		PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVECE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA		
RECURSOS HUMANOS	RH1	Desvios aos atos incluídos no âmbito do procedimento disciplinar interno e na aplicação das sanções correspondentes	1	3	2	Avaliação e acompanhamento pelos núcleos da DMRH dos procedimentos disciplinares	DMRH	2022																										1	0	0	
RECURSOS HUMANOS	RH2	Processamento indevido de vencimentos e/ou outras remunerações, subsídios ou vantagens patrimoniais decorrentes de situações jus-laborais dos trabalhadores	1	3	2	Capacitar a Função RH para prestação de apoio direto nas UO e interlocução com a DMRH, mediante emissão de orientações e formação contínua	DMRH/DDF	2022																										1	0	0	
RECURSOS HUMANOS	RH3	Preenchimento incorreto das notas de ocorrência que contribuem para o cálculo do quantum remuneratório individual e para outras situações cadastrais permanentes	2	2	2	Implementar um sistema informático integrado que obrigue ao preenchimento estandarizado dos elementos em causa e, sempre que possível, à sua automatização, que, cruzado com os dados obtidos pelos mecanismos/equipamentos de controle de assiduidade, permita a confirmação imediata dos elementos inscritos (v.g. presenças ao serviço)	DMRH	2022/2023																											0	1	0
RECURSOS HUMANOS	RH4	Emissão incorreta de certidões referentes à carreira profissional do trabalhador, visando a obtenção de vantagens não devidas	1	2	1	Implementar um sistema informático, suportado em informação cadastral verificada e validada, sujeita a confirmação casuística pela hierarquia	DMRH	2022/2023																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH5	- Atribuição indevida de vantagens jus-laborais e/ou resultantes da análise efetuada para efeitos da autorização de licenças, abonos, subsídios, horários, e outros estatutos laborais específicos - Atribuição de eventuais prémios por desempenho (SIADAP)	1	3	2	Implementar um sistema informático, suportado em informação cadastral verificada e validada, sujeita a confirmação casuística pela hierarquia	DMRH	2022/2023																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH5	- Atribuição indevida de vantagens jus-laborais e/ou resultantes da análise efetuada para efeitos da autorização de licenças, abonos, subsídios, horários, e outros estatutos laborais específicos - Atribuição de eventuais prémios por desempenho (SIADAP)	1	3	2	Densificar os critérios de atribuição de prémios de desempenho (SIADAP)	DMRH DMF	2022/2023																											1	1	0
RECURSOS HUMANOS	RH6	Inclusão ou omissão cadastral voluntária de documentação e factualidade relevante para o processo individual dos trabalhadores	1	2	1	Implementar um sistema informático, compreendendo a importação histórica e o registo futuro de todos os elementos relevantes, com a possibilidade de auditar a criação, alteração e eliminação dos registos	DMRH	2022/2023																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH7	Acumulação de funções públicas e privadas geradoras de conflito de interesses	2	3	3	Implementação de Gestão por Processos Verificar e atualizar anualmente as acumulações de funções solicitadas e deferidas	DMRH	2022																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH8	Análise deficiente ou incompleta de pedidos de acumulação de funções, não permitindo um afastamento perentório de situações inconclusivas quanto à sua viabilidade.	1	2	1	Manutenção do Controlo existente	DMRH	2022																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH9	Utilização excessiva do recurso ao trabalho suplementar como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços ou para compensar indevidamente o exercício de determinadas funções	3	3	3	Planificar o recrutamento de RH de acordo com as necessidades efetivas e permanentes manifestadas pelos serviços Fornecer a cada UO o mapa mensal dos gastos com trabalho suplementar e em dia de descanso semanal, para efetivo controlo do serviço efetivamente prestado dentro dos limites previamente aprovados	DMRH	2022																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH9	Utilização excessiva do recurso ao trabalho suplementar como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços ou para compensar indevidamente o exercício de determinadas funções	3	3	3	Densificar os critérios de utilização do recurso ao trabalho suplementar de acordo com os casos previstos na legislação aplicável	Todas as UO's	2022																											18	6	1
RECURSOS HUMANOS	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	2	3	3	Rever os processos desenhados no âmbito da Gestão por Processos, na ótica do cumprimento do RGPD	DMRH	2022																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	2	3	3	Definir orientações para reestruturação dos processos individuais dos/as trabalhadores/as, na ótica do cumprimento do RGPD	DMRH	2022/2023																											0	1	0
RECURSOS HUMANOS	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	2	3	3	Minimizar a recolha de dados pessoais nos formulários disponibilizados como facilitadores para a apresentação de pedidos/comunicação de gozo de direitos pelos/as trabalhadores/as	DMRH	2022																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	2	3	3	Eliminar bases de dados e documentação com informação duplicada ou desnecessária	DMRH	2022																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH10	Recolha, tratamento e conservação abusivos de dados pessoais dos trabalhadores e/ou dos seus familiares	2	3	3	Garantir a limitação de acessos às pastas partilhadas, bases de dados e Portal RH, definindo, inclusive, perfis diferenciados	DMRH	2022																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH11	Utilização das prestações de serviços como mecanismo para satisfação de necessidades permanentes do serviço	1	3	2	Planificar o recrutamento de RH de acordo com as necessidades efetivas e permanentes manifestadas pelos serviços	DMRH	2022																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH15	Funcionamento deficiente da junta médica municipal ou de qualquer outro ato médico que vise determinar as condições do trabalhador se apresentar ao serviço	1	2	1	Implementar um novo sistema informático orientado para o estrito cumprimento do RGPD	DMRH/DSHS	2022																											0	1	0
RECURSOS HUMANOS	RH16	Atribuição inadequada de baixas médicas e outros atos médicos	2	2	2	Efetivação dos pedidos de verificação domiciliar pela ADSE para os trabalhadores abrangidos pelo RPSC	DMRH/DSHS	2022																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH16	Atribuição inadequada de baixas médicas e outros atos médicos	2	2	2	Efetivação dos pedidos de verificação da doença por médicos da Segurança Social para os trabalhadores abrangidos pelo RGSS	DMRH/DSHS	2022																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	2	2	2	Rever o Manual de Procedimentos	DMRH/DSHS	2022																											0	1	0
RECURSOS HUMANOS	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	2	2	2	Assegurar a divulgação junto dos trabalhadores sobre os procedimentos a adotar no caso de acidentes de trabalho	DMRH/DSHS	2022																											1	0	0
RECURSOS HUMANOS	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	2	2	2	Implementar um novo sistema informático orientado para o estrito cumprimento do RGPD	DMRH/DSHS	2022																											0	1	0
RECURSOS HUMANOS	RH17	Incorreta qualificação dos acidentes em serviço, com os consequentes efeitos legais	2	2	2	Averiguação de situações reportadas como acidentes de trabalho por entidades especializadas nesta área	DMRH/DSHS	2022																											1	0	0
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	BP1	Risco de exclusão de entidades por interpretação subjetiva do regulamento - definição pouco precisa sobre as entidades elegíveis no âmbito do RAAML	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML, no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022																											1	0	0

Área de Atividade	Riscos Identificados		Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																						Balanço (Nº de UO's por Medida)						
			PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA	
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	BP16	Ausência de auditorias/ monitorização de acompanhamento	2	2	2	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022																									1	0	0		
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	BP16	Ausência de auditorias/ monitorização de acompanhamento	2	2	2	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2022																			NA1	NA2			RH			3	1	2	
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	BP16	Ausência de auditorias / monitorização de acompanhamento	2	2	2	Emitir recomendações que contribuam para garantir o controlo físico, financeiro e não financeiro dos apoios concedidos	DGQA	2022																										1	0	0	
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	BP17	Desconhecimento dos benefícios atribuídos no âmbito do RAAML por ausência de publicação dos apoios atribuídos anualmente, no âmbito do referido regulamento	2	2	2	Envio periódico ao DGQA de todos os benefícios atribuídos no âmbito do RAAML e não RAAML	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos	2022																				NA1	NA1					2	0	3	
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	BP17	Desconhecimento dos benefícios atribuídos no âmbito do RAAML por ausência de publicação dos apoios atribuídos anualmente, no âmbito do referido regulamento	2	2	2	Apurar trimestralmente os apoios financeiros concedidos ao abrigo do RAAML, através dos dados exportados do Sistema SAP e da consulta ao BM	DGQA	2022																										1	0	0	
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	BP17	Desconhecimento dos benefícios atribuídos no âmbito do RAAML por ausência de publicação dos apoios atribuídos anualmente, no âmbito do referido regulamento	2	2	2	Publicitar na área de transparência, no site da CML, os apoios financeiros concedidos ao abrigo do RAAML	DGQA	2022																										1	0	0	
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	BP18	Violação dos princípios da imparcialidade e igualdade conduzindo a situações de indiciadoras de contiuo, favoritismo injustificado, participação dos eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	2	3	3	Elaborar proposta de Revisão/ atualização do RAAML no sentido de melhorar as definições existentes por forma a minimizar interpretações subjetivas	DGQA	2022																										1	0	0	
BENEFÍCIOS PÚBLICOS	BP18	Violação dos princípios da imparcialidade e igualdade conduzindo a situações de indiciadoras de contiuo, favoritismo injustificado, participação dos eleitos locais e de funcionários ou de familiares nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	2	3	3	Verificações periódicas pelo DGQA e/ou pelo serviço responsável. Solicitar declaração de interesses. Realizar ações de esclarecimento sobre este tema	Todas as UO's proponentes de benefícios públicos DGQA	2022																				NA1							5	0	1
RELAÇÃO COM JUNTAS DE FREGUESIA	JF1	Intervenções das JF desadequadas face às orientações municipais, regulamentos e recomendações	2	2	2	Elaboração de relatórios de acompanhamento e monitorização, a avaliar em sede de QUARU's e QUAR	UCT/DRJF	2022																										1	0	0	
RELAÇÃO COM JUNTAS DE FREGUESIA	JF2	Pagamento de verbas sem a devida validação dos documentos justificativos das despesas elegíveis	2	2	2	Obrigatoriedade de entrega e validação dos documentos justificativos de despesas de execução antes do pagamento de cada tranche	UCT/DRJF	2022																										1	0	0	
OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	EP1	Dificuldade em monitorizar a apreciação individual de cada um dos processos de licenciamento de ocupação de espaço público e publicidade	1	2	1	Assegurar o carregamento correto e atempado dos dados no GESTURBE/GESLUS	DMEI	2022																										1	0	0	
OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	EP2	Ausência de cultura de serviço público de excelência	2	2	2	Verificar que se encontram reunidos todos os pressupostos para a emissão da licença, nomeadamente através da criação de check-lists	DMEI	2022																										1	0	0	
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	VP1	Adulteração e/ou omissão de informação que condiciona a apreciação da situação processual de forma verídica e transparente	1	2	1	Criar mecanismos que assegurem o correto carregamento de todos os elementos necessários para a apreciação do processo	UCT/DGEP	2022																										1	0	0	
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	VP2	Os procedimentos relativos à liquidação de taxas de Ocupação de Via Pública, permitem a sua alteração na proposta de decisão, fruto de alteração da proposta ou erros de preenchimento.	1	2	1	Criar mecanismos que assegurem a validação dos dados carregados, necessários para a liquidação da taxa de OVP	UCT/DGEP	2022																										1	0	0	
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	VP4	Risco de simultaneidade no planeamento e intervenção no mesmo espaço público, em várias UO's.	2	2	2	Manter um sistema de controlo interno que garanta a correspondência das intervenções planeadas entre todas as UO's, identificando os locais e tipo/natureza de intervenção, e estabelecendo prioridades e/ou necessidades.	UCT DMMC EPPGDL	2022																										1	2	0	
URBANISMO	U1	Análise, informação e decisão diferentes para processos da mesma natureza	1	2	1	Elaborar manuais de procedimentos e /ou circulares internas que unifiquem o entendimento sobre dúvidas no âmbito do planeamento	DMU	2022																											1	0	0
URBANISMO	U2	Dificuldade de acesso a informação sobre o andamento de processos em matéria de urbanismo e edificações	3	1	2	O acesso à informação é apenas limitado pelas questões relacionadas com a Proteção de Dados. A informação está disponível online ou presencialmente, se solicitado. A nova redistribuição de pessoal pelos Serviços e o aumento de nº de funcionários ajudará a agilizar a consulta presencial e a comunicação dos processos	DMU	2022																											1	0	0
URBANISMO	U3	Necessidade de comunicação simples e acessível das regras existentes e mais informação para os cidadãos.	2	2	2	Melhoria das aplicações que atualmente divulgam informação sobre o licenciamento urbanístico de forma rápida, clara e eficaz	DMU	2022																											1	0	0
URBANISMO	U4	Disparidade no tempo de apreciação	2	2	2	Monitorização dos tempos de apreciação/decisão no processo de licenciamento	DMU	2022																											1	0	0
URBANISMO	U5	Burocracia e morosidade dos procedimentos	3	3	3	Implementação da nova aplicação "Urbanismo Digital"	DMU/EPIOU	2022																											1	0	0

Área de Atividade	Riscos Identificados		Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																				Balanço (Nº de UO's por Medida)												
			PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMPC	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVECE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA					
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P13	Desatualização do valor das rendas / perda de receita proveniente das rendas / não aplicação das indemnizações por mora	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2022																											1	0	0				
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P14	Risco de favorecimento	1	3	2	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2022																												1	0	0			
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P15	Falta de fiscalização e controlo em processos de desocupação concursa e de despejo por incumprimento das obrigações contratuais	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2022																												1	0	0			
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P16	Falta de informação sistematizada sobre a celebração de Protocolos e Deliberações sobre cedência do direito de ocupação e exploração de imóveis	2	2	2	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2022																												1	0	0			
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P17	Reduzido controlo e gestão na cedência de bens municipais sem acatamento da sua salvaguarda e integridade	2	3	3	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2022																												1	0	0			
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P18	Reduzido controlo e acompanhamento sobre a avaliação do grau de execução do contrato	2	3	3	Manutenção do Controlo existente	DMGP	2022																													1	0	0		
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P19	Desequilíbrio financeiro resultante das contrapartidas contratuais (em espécie e em numerário)	2	3	3	Aprovação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022																													1	0	0		
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P20	Risco de não execução e entrega das contrapartidas devidas a favor da CML no prazo previsto	2	3	3	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022																													1	0	0		
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P21	Mecanismos de fiscalização pouco eficazes em caso de incumprimento contratual	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2022																													1	0	0		
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P22	Falta de dados financeiros atuais e úteis que possibilitem a melhor tomada de decisão (manutenção/revista/cessação do contrato)	1	2	1	Manutenção do controlo existente	DMGP	2022																														1	0	0	
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P23	Incorreta avaliação imobiliária de acordo com os preços de mercado	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022																														1	0	0	
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P24	Designação dos membros do núcleo de avaliadores internos e da bolsa de avaliadores baseada em critérios subjetivos e sem a devida rotatividade e pluralidade.	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022																														1	0	0	
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P25	Risco de favorecimento e de conflito de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022																															1	0	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P26	Perda de oportunidade de exercício do Direito de Preferência	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022																															1	0	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P26.1	Não exercício do direito de preferência legal ou sindicância de tal exercício com fundamento na preterição de formalidades essenciais	2	2	2	Mapeamento exaustivo das diferentes fontes do exercício do direito legal de preferência que assiste ao Município de Lisboa e dos respetivos fluxos procedimentais	DMGP	2022																														1	0	0	
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P27	Falta de informação sistematizada sobre os contratos de alienação/aquisição/permutas de terrenos municipais, respetiva localização e valor	2	2	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022																															1	0	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P28	Violação do princípio da imparcialidade e do princípio da concorrência aquando da celebração dos contratos de constituição do direito de superfície	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022																															1	0	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P29	Reduzido controlo e acompanhamento de todas as fases procedimentais	1	3	2	Aplicação do novo Regulamento do Património Imobiliário Municipal pelos Órgãos Municipais	DMGP	2022																															1	0	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P30	Apropriação e/ou utilização das viaturas municipais para fins pessoais	2	2	2	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022																															1	0	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P31	Gestão ineficaz na racionalização e otimização dos recursos	2	2	2	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022																															0	1	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P32	Afetação indevida de viaturas e/ou não satisfação das necessidades existentes	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022																															0	1	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P33	Parqueamento indevido noutras garagens não afetadas	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022																															0	1	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P34	Utilização indevida de viaturas durante o fim de semana e feriados sem prévia autorização	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022																															0	1	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P35	Critérios subjetivos e indevidamente fundamentados na autorização de cedência de viaturas a entidades externas	1	2	1	Aplicação do Novo Sistema de Gestão de Frota	DMHU	2022																															0	1	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P36	Reduzido controlo na gestão de abastecimento de combustíveis	2	3	3	Continuação da substituição da frota municipal por viaturas elétricas, o que assegurará o correto abastecimento das viaturas.	DMHU	2022																															1	0	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P37	Reduzida otimização do parque automóvel/ aumento de despesa em reparações automóveis	2	2	2	Introdução de um sistema preditivo de manutenção	DMHU	2022																															1	0	0
PATRIMÓNIO MUNICIPAL	P38	Risco de incumprimento dos procedimentos de contratação pública / risco de favorecimento	2	3	3	Manutenção do controlo existente	DMHU	2022																															1	0	0

Área de Atividade	Riscos Identificados	Escala de Risco			Medidas Preventivas a Implementar	Responsável	Prazo Execução	ANEXO - MONITORIZAÇÃO GLOBAL das MEDIDAS PROPOSTAS para 2022 e 2022/2023																								Balanco (Nº de UO's por Medida)									
		PD	GC	GR				UCT	SG	DMCom	DMF	DMGP	DMRH	DSI	CGIUL	DMU	DMMC	EPPGDL	SMP	RSB	PM	DGQA	DMHDL	DDS	DMAEVCE	DMHU	DMM	DMC	DMEI	DE	DAFD	EPPDP	I	NI	NA						
MOBILIDADE	M1	Ausência de imparcialidade	1	1	1	Distribuição equitativa e aleatória de processos	DMM/DGM	2022																										1	0	0					
MOBILIDADE	M2	Risco de existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	1	1	1	Obrigatoriedade de emissão de declarações de interesses privados por parte dos trabalhadores e obter a sua renovação a cada novo procedimento	DMM/DGM	2022																	NA1										0	0	1				
MOBILIDADE	M3	Ausência de imparcialidade	1	2	1	Definição do modo de seleção dos elementos do júri, garantindo a rotatividade	DMM/DGM DMM/DOM DMM/DEPM	2022																											1	0	0				
MOBILIDADE	M5	Projetos incompletos, de qualidade inadequada e/ou não realistas	1	3	2	Validação, através de checklist dos elementos de projeto obrigatórios	DMM/DGM DMM/DOM DMM/DEPM	2022																												1	0	0			
MOBILIDADE	M6	Incumprimento de prazos definidos no caderno de encargos e especificações técnicas para a obtenção do serviço	1	3	2	Definir prazos realistas e garantir a monitorização da execução dos contratos	DMM/DGM DMM/DOM DMM/DEPM	2022																												1	0	0			
MOBILIDADE	M7	Ausência de imparcialidade	1	2	1	Implementar regras de rotatividade na nomeação do técnico responsável, de modo a evitar a apreciação continuada de processos de determinado requerente pelo mesmo elemento	DMM/DGM DMM/DEPM	2022																													1	0	0		
MOBILIDADE	M8	Planeamento insuficiente	1	2	1	Planear as atividades atempadamente e de forma adequada às necessidades, evitando as urgências injustificadas que favorecem eventual recurso a procedimentos excecionais	DMM/DGM DMM/DEPM	2022																			RH RF RT										0	1	0		
MOBILIDADE	M9	Necessidade de maior conhecimento da realidade a atividade da direção municipal quanto a indicadores estatísticos nos diferentes setores de atividade	1	2	1	Assegurar a existência do tratamento de indicadores estatísticos e a sua divulgação pelos serviços	DMM/DGM DMM/DEPM	2022																														1	0	0	
MOBILIDADE	M10	Ausência de imparcialidade na decisão sobre renovação de licenças	1	1	1	Manutenção do controlo existente	DMM/DGM	2022																														1	0	0	
MOBILIDADE	M11	Ausência de imparcialidade no tratamento e decisão sobre os MoUS	1	1	1	Manutenção do controlo existente	DMM/DEPM	2022																															1	0	0